

Vida



Contemporânea

r e v i s t a m e n s a l

DIRECTOR: CUNHA LEAL

O que sente e pensa o comum dos mortais no ano de 1936.

VIDA CULTURAL

A Ciência e o Direito. — VI, por *Abel Salazar*.
Pedagógicamente falando. — V, por *A. Correia de Sousa*.
O Serviço Social sob o aspecto económico, por *António de Carvalho*.

VIDA ECONÓMICA E FINANCEIRA

A desvalorização monetária nos últimos vinte anos, por *Salvado de Carvalho*.

VIDA COLONIAL

Panorama Caboverdeano.

VIDA LITERÁRIA E ARTÍSTICA

O Senhor Fidalgo (conto), por *Ruy Sant'elmo*.

VIDA INTERNACIONAL

Alguns aspectos do problema do Pacífico. — II, por *Vasco da Gama Fernandes*.

Considerações sobre a Guerra e o fenómeno guerreiro, por *Nuno Rodrigues dos Santos*.

S
U
M
Á
R
I
O

Janeiro - 1936

LISBOA

n.º 21

Companhia do Papel do Prado

— S. A. R. L. —

Proprietária das Fábricas do Papel do Prado e Marianaia (Tomar),
Penedo e Casal Ermio (Louzã), Vale Maior (Albergaria a Velha)

Premiada em todas as exposições a que tem concorrido :

MEDALHAS DE OURO — EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS DE 1900,
UNIVERSAL DOS E. U. DO BRASIL DE 1908
E INDUSTRIAL PORTUGUESA DE 1929

Execução rápida de papeis em todos os géneros
tendo sempre em armazem papeis para tôdas as applicações

Especialidade em papeis de máquina
continua de escrever, impressão, ma-
nilhas, afiches e imitação de «Couché».

Papel de côr para capas; Papéis de
embrulho; Papel Kraft; Vegetal; Pa-
pelão palha; Papéis de máquina redon-
da, alçaços, Leornes, mezenas, etc.

A' venda em todos os estabelecimen-
tos de papelaria e armazens

Escritório e depósito: SÉDE

Rua dos Fanqueiros, 270 a 278, 2.º

LISBOA

Rua Passos Manuel

49 e 51

PORTO

Telefones	{	DIRECÇÃO	2 3623
		ESCRITÓRIO	2 2331
		ARMAZEM	2 3332
		DO ESTADO	188

1727

Est. 6 Tab. 6 N.º 9

JANEIRO — 1936

ANO II — N.º 21

VIDA CONTEMPORÂNEA

Revista mensal de estudos económicos, financeiros, sociais e literários

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: CUNHA LEAL

<p>REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIAS: Rua Cidade da Horta, 49, 1.º LISBOA — PORTUGAL Preço 5\$00</p>	<p>REDACTOR PRINCIPAL Vasco da Gama Fernandes CHEFE DA REDACÇÃO Álvaro Machado EDITOR E SECRETÁRIO DA REDACÇÃO Victor Júdice da Costa ADMINISTRADOR António Casanovas Augustine</p>	<p>COMPOSTO E IMPRESSO Sociedade Astória, L.ª REGUEIRÃO DOS ANJOS, 68 LISBOA</p>
---	---	--

O que sente e pensa o comum dos mortais no comêço de 1936

Quando me detenho em cogitações sôbre mim próprio, sinto aquela impressão especial de que deixam possuir-se quantos alguma vez se debruçaram sôbre um abismo insondável. De facto, o meu universo espiritual é moveção como os fluidos e dilata-se a perder de vista como os espaços sidéreos que nem têm princípio, nem têm fim. Por mais que faça, não consigo descortinar na sua imensidade uma certeza a que possa agarrar-me, muito embora, em momentos de tempestade, essa certeza acabasse por converter-se no escolho de encontro ao qual viessem despedaçar-se as minhas mais queridas ilusões. De quando em quando, no caos da minha alma, que tem suas certas parecenças com outro caos maravilhosamente descrito pelo sulmonense Ovídio, geram-se, não sei como, nem sei porquê, uns tantos centros de atracção, em tórno dos quais se vai condensando com pachorrento vagar a matéria das minhas vagas e indecisas concepções. Esse trabalho de cristalização dum sistema estelar



ideológico é, porém, invariavelmente perturbado por novo cataclismo que me faz retrogradar à confusão inicial.

Mas eu quero com tôdas as veras do meu ser, ordenar o meu cosmos interior. Ainda que viva no meio de dúvidas, não me conformo com a minha insuficiência espiritual. Cravo os olhos no horizonte do meu pensamento qual náufrago interrogando o espaço à procura de minúscula vela salvadora. Oh almas quietas e conformadas com os cânones de ideologias mais ou menos abstrusas, mais ou menos consoladoras, acaso alguma vez sentistes a angústia dessas espectativas ansiosas em que de nós se evola uma labareda erguendo-se esguiamente para Deus, quási parecendo tocar-lhe e logo, sem transição, transformando-se em fogo fátuo, gerado pela putrefacção duma quimera? Não, pobres gentes, nunca a sentistes e por isso não podeis avaliar a doentia sensação dessas metamorfoses espirituais em que às certezas quási absolutas se sucedem as negações integrais. Entremostra Deus a sua face, mas a visão esfuma-se e desaparece, enquanto se ouve ao longe o gargalhar contente de Satán.

Meditando em tudo isto, sinto pena de mim mesmo, enteneço-me com o meu drama íntimo, bem mais alucinante por certo que o daqueles desconsoladores eremitas que, em tempos remotos, iam situar-se no deserto para que entre êles e Deus se não interpusse a neblina e o bulício do mundo. Transformavam-se em matagal intenso as suas barbas e cabelos. Adivinhavam-se pedaços de carnes mal lavadas através de suas vestimentas esfarrapadas. Alimentavam-se os seus corpos com forçada parcimónia. Tentavam concentrar-se os seus espíritos na idea fixa das maravilhas da criação e do seu autor. Tornavam-se insensíveis à dor os seus joelhos, de tanto se apoiarem sôbre as areias. Enquanto o sol infiltrava seus raios imponderáveis por todos os meandros do firmamento e da Terra, a beatitude instalava-se em suas almas, como se o astro radioso iluminasse também todos os escaninhos destas. Mas o sol desaparecia alfim no horizonte, vinha após êle o crepúsculo sorrateiro e, ao morrer êste a seu turno, surgia a fantasmagoria do luar ou a lucilação das estrêlas ou a sinistra inclemência das trevas. Então, a dúvida penetrava em suas almas como agulha dura enterran-

do-se em corpos flácidos, e por meio dela injectavam-se no seu organismo torturado tôdas as tentações.

* * *

É feita de contradições e absurdos a misérrima existência dos mortais. Quis o destino que, para defesa e salvaguarda dos interesses da minha Pátria, me visse em terras estrangeiras figurante da mais hedionda guerra de que há memória. Andava a vida humana permanentemente jogada aos dados, ou em batalhas incruentas, ou em simples episódios intercalados entre dois momentos culminantes da tragédia. Deitava-se cada um em duro leito de ocasião sem ter a certeza de que nasceria para êle nova aurora. Apertavam-se de encontro a peitos arfantes ou opressos retratos de entes queridos e cartas em que êstes deixavam transparecer receios e saudades. ¡Que de amarguras cruciantes! Das profundezas dos organismos exaustos exalavam-se baforadas do instinto animal de conservação, desejos bestiais de sobreviver à imensa hecatombe. Chocavam-se os dentes numa sarabanda de tremedário. Atascavam-se os corpos em lama, empapavam-se as almas em desespero. O ódio contra aqueles governantes que haviam provocado a deflagração do hediondo fenómeno atingia o paroxismo. ¡Será esta a última guerra, será esta a última guerra! — repetia a gente de si para si, obstinadamente, tanto se queria convencer de que não mais a porca história humana ousaria ennodoar-se com procedimentos semelhantes, com espectáculos de tamanha crueldade.

Improvisou-se a Sociedade das Nações para, de acôrdo com aspiração tão generalizada, se instaurar sôbre a Terra atormentada a paz definitiva. ¡Quem é que pode, porém, soffrear a desatinada cobiça humana? Pouco a pouco, os Estados associados e não associados começaram a manifestar a sua insatisfação, logo traduzida em conflitos bélicos de limitada amplitude. Até que um dia, espectacularmente, estridentemente, o chefe incontestado dum dos maiores agrupamentos populacionais da velha Europa reclamou para êste o direito a expandir-se no noroeste africano à custa dum outro membro da Sociedade das Nações, invocando para tanto o procedimento adoptado no decurso dos séculos, por determinados

povos, que, tendo sido useiros e veseiros em calcar aos pés o direito das gentes, haveriam de acabar por se armar em seus paladinos. Ver nesta dualidade de procedimentos a manifestação duma desvergonhada hipocrisia equivale a negar o progresso espiritual da espécie humana. A consciência colectiva, muito embora se registem no seu funcionamento marés morais, com inevitáveis baixamares, vai-se tornando cada vez mais melindrosa e exigente, e ainda bem que assim é. ¿Como compreender, em tais condições, que um povo forte e civilizado se atreva a arremessar a sua luva à face do universo e a fazer a guerra a-pesar-da reprovação geral? Arrepiaram-se com esta atitude desenvolta as carnes de todos os sinceros pacifistas. ¿Como proceder nesta emergência? ¿Cruzando os braços? Mas isso equivaleria a tornar-se o universo inteiro cúmplice do atentado. Explica-se por êste encadeamento de situações, de raciocínios e de sentimentos que seja precisamente da boca de todos quantos abominam as matanças bélicas que se desprenda o grito paradoxal de — ¡guerra contra a guerra!

Porque a guerra contra a guerra não deixa de ser, ainda e sempre, a guerra. Ser levado a ensangüentar a face da Terra por horror ao sangue é, sem dúvida, a maior contradição que, algum dia, foi urdida pelo destino caprichoso e irónico. ¿Acaso não será possível assentar o progresso humano sôbre outros alicerces que não sejam grandes crimes individuais e colectivos? Até hoje, só um homem, conformando-se com os preceitos evangélicos do misticismo tolstoiano, ousou tentar a libertação dum rebanho humano pelo método da desobediência passiva: êsse homem foi Ghandi, o magro e ascético mahatma hindu, que a reportagem fotográfica mundial tornou familiar a tanta gente. Sentado sôbre as pernas entrecruzadas, os óculos encavalitados no nariz, o dorso nú, os braços e as mãos ocupando-se em fiar o linho que enrola numa roda — assim surgiu aos olhos do universo atônito a imagem do homem que conseguiu arrastar atrás de si o cortejo resignado de milhões e milhões de fanáticos. Sentou-o o grande povo britânico em tórno da «*Távola Redonda*» com algumas das figuras eminentes da sua aristocracia política afim de decidirem em conjunto acêrca dos destinos da Índia. Recebeu-o em seu palácio, com transgressão de sole-

nes regras protocolares, um rei que conta súbditos atentos e respeitosos em todos os recantos do planeta. Ora duros, ora maleáveis, sempre oportunos, os ingleses foram-no, porém, obrigando a actuar e, através da acção, foram-lhe corroendo o prestígio. A concepção ghandiana desliza hoje pela consciência das massas como vaga sombra perpassando mansamente pela superfície das águas. Não variaram os óculos, a barbicha rala e a postura habitual do mahatma Ghandi. Variou, porém, a receptividade hindustânica para a sua tentativa de vencer um inimigo forte, calmo e implacável pela passividade em face das violências suscitadas por um *non possumus* colectivo.

* * *

Às vezes sinto em mim uma alma ghandiana. Quisera acocorar-me, como o mahatma, à beira duma estrada, sem medo aos incómodos da poeira, e prègar novo credo aos incautos viandantes, enquanto minhas mãos, tornadas calosas, fòssem maquinalmente ocupando-se em não sei que vago trabalho mecânico. Mas logo se apodera de mim invencível vontade de rir, desdobrando-me pela magia da imaginação em actor e espectador. Sinto todo o ridículo da postura e da tentativa. Até os cães, ensinados pelo torpe bicho humano, se me lançariam às canelas por entre a risota dos circunstantes. E, depois, tôda a evangelização pressupõe no prègador a existência duma profunda fé. E aqui reverto ao ponto inicial: ¿como há-de doutrinar quem, na realidade, não possui uma doutrina? ¿como há-de convencer aquele cujo espírito é um tear de dúvidas? O meu apostolado seria falho de lógica e falho de substância, tão certo é que apenas poderia exprimir aos meus ouvintes as minhas hesitações, arrastá-los por sendas zig-zagueantes, patentear-lhes a minha angústia.

¿Que valor teria, pois, uma tentativa desta natureza? Como quer que em meu peito se não albergue uma única certeza, eis que, numa súbita reviravolta espiritual, me atrevo a descobrir-lhe vantagens de certa monta. Vejamos. Os homens contemporâneos, tornados herméticos, arrastam consigo a sua dor, guardando-a avaramente para si só. Enfraqueceu-se notòriamente a comunicabilidade e, portanto, a irradiação das almas. ¿Não mereceria a pena esta-

dear com profusa volúpia as dúvidas, as ansiedades e as contradições individuais, extrair delas um património sentimental comum ao género humano, realizar dêste modo entré as míseras criaturas de Deus a fraternidade do sofrimento e da impotência? ;Sei lá!

De qualquer maneira, se tudo desaba em volta de nós — sistemas políticos e sociais, concepções ideológicas e tendências — hemos de resignar-nos a confessar a falência completa da orgulhosa Razão socrático-cartesiana. Debalde a humanidade espreme os miolos e o espírito com a mira de extrair dêles indicações que aplaquem a sua ansiedade. A inteligência contemporânea manifesta-se impotente para poder compreender o que se passa dentro e fora de cada um de nós. E ela que tantas vezes sorrira, com fátuo arzinho de superioridade, das pieguices sentimentalescas, ela que relegara para plano secundário a sensibilidade vê-a na fase actual manifestar-se, fremente e ovante, em grandes movimentos colectivos, que, como o do nazismo na Alemanha, se situam fora e acima da razão. Com tais premissas, é fácil de ver até onde poderemos ser levados.

O meu espírito, porém, foi educado no respeito pela lei da causalidade e pelos princípios da lógica milenária. Por isso, como afirmi logo de entrada, não me resigno a considerar como de somenos o *porquê* e o *como* das coisas. ;Pudera eu libertar-me dessa preocupação e viver ao sabor das inspirações momentâneas da minha sensibilidade desbordada, sem me importar com o ponto donde venho, com o caminho seguido e com o ponto para onde terei de ir, por bem ou mal dos meus pecados! ;Pudera eu encaixar dentro da carcaça do corpo uma alma de naufrago resignado, que, tendo conseguido instalar-se numa barcaça provida do suficiente para não o deixar morrer de fome e de sede durante alguns dias, se entregasse, confiadamente, beatificamente, nas mãos de Deus e tivesse olhos para se extasiar perante o maravilhoso espectáculo das noites cintilantes de estrêlas, da luz despontando ou do crepúsculo nostálgico, sem que o mêdo do desconhecido tivesse prêsna sôbre êle! ;Pudera eu gozar plenamente o segundo, o minuto, a hora que passa, sem pensar que a êles se seguirão, sem descanso, outros segundos,

outros minutos, outras horas e que cada um deles encerra em seus flancos enfermiços uma indecifrável incógnita! ¡Pudera eu!

* * *

Tal é o meu estado de espírito neste início do ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1936. Semelhante ao meu é o estado de espírito do comum dos mortais. ¡Que lhe hemos de fazer senão consolar-nos com a certeza, a única que nos resta, de que, a-pesar-de tudo, vivemos.



VIDA CULTURAL

A Ciência e o Direito

POR ABEL SALAZAR

VI

II— A posição actual da Ciência e do Direito

Efectivamente a situação parece penosa. Sob o ponto de vista científico, como acabamos de ver, temos de nos sujeitar ao fluxo cego das coisas, à mecânica fatal da história: os sistemas utópicos terão de seguir êste fluxo, acompanhando-o apenas num mundo ideal. O homem não pode criar uma arquitectura social como levanta uma arquitectura plástica, e não se pode libertar das forças naturais suprimindo-as; conseguiu voar porque as soube utilizar, não porque as suprimisse.

Por outro lado, os progressos científicos reduzindo um dia o homem a uma máquina, trarão consigo, dir-se-á, o fim irremediável da Liberdade; e assim tudo parece dar razão aos maus agiões que hoje, a êste respeito, se estão espalhando por tôda a parte.

No entanto podemos responder com segurança que, assim vistas as coisas, elas são mal postas.

Em primeiro lugar não confundamos a liberdade absoluta, inexistente, impossível mesmo de conceber, com a liberdade relativa e condicionada.

Assim, mesmo que amanhã se demonstrasse que tudo no homem é determinado, e que a sua vontade é uma ilusão de perspectiva mental, relativamente, e sob o ponto de vista positivo, o homem continuaria livre, pois êsse conhecimento em nada modificaria a realidade prática das coisas.

Notemos depois que o homem, livre no meio de forças que o mantêm prisioneiro delas, tem, pelo seu esforço, adquirido com o tempo e a experiência uma liberdade progressiva. Preso à terra, durante séculos, voa hoje no espaço, prisioneiro da gruta, hoje desafia as águias. Encadeado por terrores sagrados, vítima de superstições, temendo as forças mágicas, pouco a pouco se foi libertando dessa opressão; depois de se ter feito escravo dos deuses, libertou-se por fim dessa ficção. Pouco a pouco, foi-se libertando de forças exteriores, e de pressões interiores. E está ainda no começo dessa libertação; se muito fêz,

mais lhe resta fazer. Esse é o grande progresso, e a libertação, através de muitas vicissitudes, será cada vez maior, nos séculos futuros.

Nada a poderá impedir; nem as tiranias da força, nem as tiranias dos Deuses, nem as tiranias do intellecto e do sentimento; ela é automática e mecânica, um resultado da vida histórica. Será obscurecida, certamente, pela lei das coisas, pela ilusão de perspectiva de certos momentos, quando, na grande oscilação, no ritmo pendular da vida, na sistole e diástole da história, as coisas forem projectadas no confusãoismo, na obscuridade, na reacção, como nos tempos de hoje. Nada disso importa; tudo isso é a oscilação do barco que voga na tempestade; quando esta varre a sociedade, ela contrai-se, reage, num movimento instintivo de defesa, porque teme desagregar-se; contrai-se como o animalejo tímido que tocado se põe em bola; contrai-se como um grupo de chimpanzés que, sob o terror, aglutina.

Já vimos que a história não avança em linha contínua, mas em oscilação sinuosoide conjugada com uma translação; assim, pois, para atingir um mais alto ponto, tem, pendularmente, num ritmo, de recuar: estamos hoje num desses momentos, como em tantos outros momentos da história. Assim sucedeu, outrora, antes da revolução osíriaca; assim sucedeu antes da revolução cristã; assim sucedeu antes da revolução francesa; o grande coração da história pulsa, ainda, em suas constantes sistoles e diástoles. Sem elas, o sangue não circularia, através dos tempos, no fluxo da humanidade; e assim, encaremos a situação com confiança e filosofia.

Já o homem, num trabalho de séculos, prisioneiro do cosmos, aprendeu a servir-se das forças naturais, a domá-las; com elas foi conquistando uma soma maior de liberdade.

Prisioneiro também das forças sociais, e das forças do seu Inconsciente, precisa de inaugurar uma nova «étape» histórica, aprendendo por seu turno a dominar estas, como dominou as outras. Precisa dê, com êste domínio, começar a tornar-se livre no meio das forças sociais, muito embora integrado nelas, como está integrado nas forças do cosmos.

Não é destruindo-as, a essas forças sociais, nem substituindo-as por sistemas imaginários, que pode conquistar a liberdade; mas conhecendo-as e dominando-as. Esse será o verdadeiro socialismo do futuro. Então o homem, assim como hoje, prisioneiro das forças cósmicas, voa, no entanto, no espaço, assim também, no futuro, prisioneiro das forças sociais, será livre na sociedade.

E assim, a Ciência, longe de conter em si a morte futura da Liberdade, contém, em si, a libertação do homem.

Por outro lado, como vimos, a sociedade é um agregado de forças do Inconsciente, em coesão mais ou menos íntima, mas que é sempre determinada por acções desse Inconsciente, e pela objectivação das suas reacções. Por maior que seja essa coesão, por maior que seja a unidade social, mesmo nos casos extremos, de tipo asiatoide, em que o conformismo máximo integra o

homem quási totalmente no todo, em que êle se reduz quási ao Super-Ego, a inteligência fica sempre nele quási livre: apenas a sanção íntima o integra nesse todo, e sabe-se quando essa sanção fácilmente se anula, desaparece ou muda. A estrutura da sociedade, constituída por unidades — Consciente-Inconsciente — é, sôbre todos os pontos de vista, notável, porque ela contém em si os elementos da coesão social e os elementos da liberdade individual. O homem é livre na sua prisão social, como é livre na sua prisão cósmica; e isto é um facto positivo, independente de qualquer doutrinação metafísica, social ou religiosa. É a liberdade relativa do Ego, entre o Super-Ego e o Id. Só não é livre quando abdica voluntariamente, o que é afirmar ainda a sua liberdade.

Assim nenhuma previsão científica existe contra a libertação progressiva do homem; pelo contrário, tanto quanto é possível concluir hoje dos conhecimentos actuais, essa libertação progressiva será a consequência do trabalho histórico, no futuro. A própria natureza do agregado social contém em si as possibilidades duma futura anarquia organizada. *A priori*, e como possibilidades resultantes da sua própria natureza, já vimos que um tal agregado assim constituído pode oscilar entre dois polos extremos, a unidade social máxima, e mínima, a que corresponde a individualidade mínima e máxima. Para além destes limites não há sociedade possível; assim elas condicionam tôdas as possibilidades sociais; mas, adentro destes limites, tanto se pode construir: — a tirania extrema, como a anarquia orgânica. Nada impede que esta seja tão coerente, tão sólida e estruturada, como o maior e mais forte império. Tudo depende da forma de estabelecer a correlação e da forma de equilíbrio entre o Consciente, o Inconsciente e o Exterior Social.

Mas nenhuma realização desta ordem é praticamente possível determinada *à priori*. Só o estudo, o conhecimento e o domínio das forças sociais pode conduzir a êste desideratum. Só, pois, o trabalho de longos séculos de história pode conduzir o homem ao primeiro estado social verdadeiramente livre. E essa forma de liberdade será apenas a transição para outra mais perfeita, pois que, em todo o jôgo destes elementos, e em tôdos os processos desta acção há, teoricamente, lugar para um progresso indefinido. Como sempre, a humanidade pode continuar, a êste respeito, em direcção a limites inatingíveis, numa progressão incessante. Esta perspectiva, forçoso é dizê-lo, não será um passeio ameno na história futura, por suaves caminhos floridos. Será, muito pelo contrário, uma luta contínua, um constante conflito. Terá sempre a curva de ser oscilatória, e só a translação da curva marcará o progresso. A espaços, em sístole e diástole, a sociedade reagirá; oporá as suas forças inertes à libertação do homem; o pêso da história, da tradição, do saudosismo, fará, por crises ondulatórias, oprimir cada momento com o pesadelo do passado. Mais do que isso, temos de contar, como disse noutra lugar, com um conflito constante do homem com o seu próprio destino histórico, conflito paradoxal do homem consigo próprio. Quanto mais êste se aproximar da Verdade e da Liberdade,

mais êle próprio reagirá contra elas, e será projectado, por momentos, para o polo oposto. É que nos encontramos em face dum conflito do Consciente com o Inconsciente, e mesmo dum conflito do Inconsciente consigo próprio.

É êste um ponto capital. O homem pensa por oposições, e todos os seus sentimentos são ambivalentes (ambivalência de Bleuler); e isto constitui um outro condicionalismo limitado duma importância fundamental. Desta forma, com efeito, as potencialidades humanas, desenvolvidas e realizadas, conduzem a embate de resultados, num conflito dinâmico constante. Tôda a história foi constituída desta maneira, é o expoente desta ambivalência; todo o presente o exprime, como dela será ainda expressão o futuro. A sociedade será, pois, sempre uma série de equilíbrios desta ambivalência, e a sua própria vida, o seu dinamismo por êles condicionada. Ela tende a projectar-se, na direcção de um dentre êsses polos extremos e contrários; mas essa projecção faz-se por oscilações vibratórias, nos dois sentidos opostos. Assim, através dos tempos, da escravatura à liberdade, uma série de equilíbrios tem de existir na oscilação entre uma e outra.

E por outro lado ainda, a par e passo que o destino histórico fôr projectando a experiência humana num determinado sentido, pelo pêso da sua totalização no tempo, mais o homem reagirá no sentido oposto, pela força da ambivalência.

Assim, quanto mais avançado fôr no caminho da Verdade e do Real, da Liberdade e do Bem, maior, mais violenta será a sua reacção no sentido da Mentira, do Imaginário, da Escravidão e do Mal. Significa, em síntese, isto, que a vida histórica não é o caminho lento, medido e regrado, em linha uniforme, para a Verdade, para a Liberdade e para o Bem, estáticos e definitivos, um caminho contínuo da Mentira para a Verdade, da Escravidão para a Liberdade, do Mal para o Bem, do Injusto para o Justo. E a vida, o progresso, está no esforço, na grande tensão que move a história, de um para o outro dêstes polos, em todos êstes campos; êsse é o tonus vital da humanidade, projecção contínua para um sistema de Ideais limites.

É por essa razão que os Ideais definidos, dogmáticos, como os das religiões evoluídas, envelhecem e morrem, e ficam na história, a partir dum certo momento, como ruínas. Por essa razão ainda, as fórmulas, os ritos, os símbolos, as instituições, petrificadas no Exterior Social, não são mais, a partir de certo momento, do que resíduos que pouco a pouco vão empalidecendo e depois desaparecem. Entre a vitalidade inerente ao fluxo profundo da vida histórica, e os sistemas do Exterior Social, quaisquer que êles sejam, religiosos, políticos e sociais, como ainda literários e artísticos, há a diferença profunda que separa a vida dos seus produtos. Como no organismo as substâncias intersticiais oriundas das células, os elementos *intersticiais* do Exterior Social sofrem aí uma verdadeira degradação, uma degenerescência e a morte. É essa a degenerescência dos elementos objectivados no Exterior Social, que a partir de certo momento, quando se acumulam além de certa medida, e se

degradam além dum certo ponto, oprimem os elementos individuais, intoxicam a orgânica social e provocam primeiro a decadência, depois a morte, quer das nações, quer dos sistemas políticos, quer das civilizações. O período chamado helenístico, o período da decadência romana, são disso exemplificações perfectas; e o caso pode ser facilmente concretizado com o exemplo da Arte. A Arte é, com os outros elementos do Exterior Social, uma criação subjectiva objectivada. Mas esta objectivação, pela sua base material, pela sua estabilidade, pelo seu carácter de Emoção consolidada em granito ou em côres, ou ainda em sons, apresenta propriedades que a tornam especialmente favorável para exemplificar o meu ponto de vista. Não posso desenvolver aqui toda esta análise, que o leitor pode encontrar no meu Curso de Filosofia de Arte; basta por agora dizer que a partir do momento em que uma época de arte, como a Grécia ou Renascença, atinge o apogeu, ela inibe, pelo pêso da sua própria perfeição, o poder criador. Este, por um fenómeno mal conhecido quanto às causas, mas perfeitamente constatável, esmorece a partir dum certo momento. Mesmo, porém, que assim não fôsse, este poder inibidor seria bastante para explicar a fase de decadência. Porque a forma de arte objectivada numa concepção suprema, adentro dos sempre humanos limites, impede quer a ascensão, quer a própria repetição. Assim, na Renascença, após Michel Angelo e Rafael, a arte decaiu. A pressão exercida sobretudo pela obra de Buonarrotti determinou os exageros espasmódicos da sua maneira, que rápido degenera em ênfase e grandiloquência teatral, e no electismo dos Carrache, para enfim decaír rapidamente e desaparecer. Se, por hipótese, admitíssemos após o auge, a possibilidade duma mudança total de conceito, determinaríamos não uma regeneração da arte mas uma substituição de escolas, e, desta maneira, por igual forma a Escola em questão teria atingido o seu fim. Se, ainda por hipótese, admitíssemos a possibilidade da Escola se manter sempre à mesma altura, cairíamos então no caso duma petrificação, que seria de igual forma o fim duma época de arte. Mas nada disso se verifica na história; após o auge, a Escola decaiu, degenera e morre. Há neste fenómeno dois elementos que é preciso separar: um é o esgotamento do poder criador; outro é a evolução própria do elemento objectivado, seriando-se no Exterior Social. A acção inibidora da obra de Michel-Angelo é um exemplo clássico; e ainda, num mais vasto campo, a influência análoga exercida pela arte antiga sobre a moderna, facto a que se chama *classicismo académico*. Esta sideração não pode ser quebrada senão por uma verdadeira revolução, e todos conhecem as crises da arte moderna oprimida pela clássica, e os sacões, as lutas, os espasmos revolucionários que caracterizam a sua libertação. Rembrandt, Velasquez e Rubens, depois Delacroix e Géricault, mais tarde Manet, Moret e Sisley, são outras tantas revoluções contra a opressão da fórmula clássica. Mas esta libertação progressiva faz-se com recuos, com oscilações e reacções, de que são exemplos nítidos as reviravoltas neo-acadêmicas da arte moderna, com David, e a sua Escola, depois Ingres e

outros. Na polémica de Delacroix e Ingres, temos um exemplo frisante da oscilação entre dois polos opostos que caracteriza as crises de libertação, simile perfeito do que se passa constantemente, em grande, na história geral da humanidade.

Desta maneira, a sociedade lança constantemente no Exterior Social fórmulas e símbolos, que uma vez objectivados e evoluídos, findam por oprimir, por intoxicar, como a acumulação no organismo de detritos orgânicos. Começa então a decadência, que por vezes é retardada por uma convulsão profunda, como sucedeu no Egipto, salva pela Revolução Osiríaca, e na Europa, salva pela Revolução Francesa: duma maneira geral, a vida histórica vai-se sustentando graças ao poder desintoxicante destas crises, que libertam o Exterior Social dos seus detritos. Sucede o mesmo de resto, com as próprias religiões, muito embora estas, pela extensão habitual do seu período histórico, muito mais amplo, não pareçam à primeira vista obedecer a esta mecânica. Como diz Guignebert (1) a religião «recebe do meio social em que se constitui os elementos primordiais que formam a sua substância e que, organizando-se, lhe dão a vida; ela adapta-se, sofrendo transformações mais ou menos profundas nos seus órgãos, às exigências dos meios sucessivos e diversos em que se encontra em seguida transportada. Como todo o ser vivo elimina pouco a pouco os seus elementos gastos e mortos, e assimila outros, que renovam a sua substância e o seu sangue, que o ambiente lhe fornece, até ao dia em que, por inevitável consequência do tempo, o jôgo das suas faculdades de adaptação diminui, depois suspende-se; torna-se então incapaz de se desembaraçar dos detritos inertes e prejudiciais que se acumulam nela, incapaz também de se nutrir com a vida: a morte, lentamente, invade-a e gela-a, e chega então o momento em que já não serve senão para gerar, com a sua própria decomposição, um organismo religioso novo, que igual destino espera. E, sem dúvida, é lei do espírito humano, pelo qual nascem, vivem e morrem as religiões, que, diferindo d'ele próprio por alguns aspectos, elevando-se talvez assim, de idade em idade, para um ideal inconsciente que alguns julgam no entanto entrever, o mesmo fenómeno se desenvolve, se acaba, e recomeça incessantemente».

É, com efeito, êsse o grande ritmo da vida histórica. Assim, a partir dum certo momento, o sistema religioso, qualquer que êle seja, degenera no Exterior Social onde pesa, inerte, como um detrito. É então, em geral, que atinge paroxismos formalistas, que petrifica em ritos congelados, e que oprime pelo recurso mecânico da sua acção. Determina uma reacção mais ou menos violenta, e no Inconsciente cristalizam novas fórmulas, que são de novo objectivadas: uma revolução religiosa liberta a sociedade dos detritos religiosos agressivos, e renova a sua vida mística. O mesmo sucede, nas suas linhas gerais, com os sis-

(1) *Le Christianisme Antique.*

temas políticos e sociais. A isto ajunta-se a evolução das forças económicas, e a diferenciação social de trabalho, que acentua progressivamente a separação em opressores e oprimidos, em privilegiados e miseráveis, em fortes e em fracos. A acumulação tóxica de todos estes factores, e o pêso inerte dos detritos sociais, resíduos históricos, diferenciações económicas, etc., conduz assim àquele estado de tensão que descrevi a propósito do Osirismo (2). Esta reacção dá-se quando a vitalidade do Inconsciente é grande, e forte ainda a dinâmica do Consciente; no caso contrário, tudo se decompõe, degenera e morre: é o fim duma civilização. As causas neste caso são de ordem biológica, conjugadas com causas sociais; mas a ciência não pode ainda hoje penetrar na complexidade étnica deste fenómeno. Ele é porém um facto histórico perfeitamente constável, bem como aquele outro da génese duma civilização nova por fusão de povos, espécie de fecundação étnica que se verifica sempre na história, prefaciando as grandes étapes históricas. Este grande movimento faz-se de tal forma que cada civilização tem as suas raízes nas trevas da história, na pre-história e na proto-história, depois recebe, a partir dum certo momento, o choque, a influência e o impulso duma civilização diferente, diversamente colocada no espaço e no tempo. Ora, a mecânica própria deste movimento, em que a influência, ela própria, provoca a reacção, conduz ao movimento sinusoidal com translação a que tenho já aludido e que determina, na história, o movimento de repetição conjugado com translação acima descrito. É isso devido a que a humanidade, como já temos dito, pelos seus próprios impulsos inconscientes, se move em constante tensão para um sistema de ideais limites, tensão essa que, em grande parte, representa a sua energia histórica, o seu tonus.

Desta forma, como é fácil de compreender, não há recuos históricos verdadeiros, mas apenas recuos aparentes, epifenómenos de reacção condicional, oscilações de equilíbrio perfeitamente análogas às mecânicas. A humanidade não caminha pois para nenhum devenir metafísico, caminha sim para o desenvolvimento constante das suas possibilidades, adentro do seu condicionalismo exterior e interior. Mas esta mecânica mesmo, e este movimento representam uma grande translação mental e moral dela própria, o que vale por um verdadeiro devenir. Caminhamos sempre direitos a um limite; praticamente pois, caminhamos sem cessar, numa projecção contínua, para novos ideais, para novas ilusões, como quem segue, sem cessar, um facho luminoso que se afasta. A consciência desta situação pode conduzir-nos a um cepticismo estóico; mas a própria força deste movimento, as próprias raízes dêle, tão fundas no abismo do inconsciente, têm tal força, tal energia, que o seu vigor subjugam o cepticismo, impele-o diante de si, afasta-o, e constantemente nos revivifica. Todo o cepticismo cai assim, pela força própria das coisas, no grande fluxo da vida e é substituído pelo seu vigor: e tudo corre, através da história, no meio do cosmos

(2) Mazdekismo e Osirismo (inédito).

indiferente, direito a um nada luminoso... A descrença mais completa, o ni-
lismo mais radical, nada pode assim contra a vida, nada pode contra o fluxo
profundo das coisas: a vida histórica, tendo a finalidade contida em si própria,
e os destinos potencialmente latentes em seu seio, não pode ser detida no seu
impulso. O Devenir é a consequência do seu próprio movimento, da sua pró-
pria maneira de ser; cada momento contendo em si potencialmente o momento
seguinte, o devenir da humanidade é condicionado pela própria estrutura
da Vida. E os momentos de crise, em que, na mente colectiva caem as sombras
da desilusão, do cepticismo e da amargura, crises essas que nos aparecem peri-
dicamente na história, antecedendo as convulsões sociais, rápido são submergi-
das pelo fluxo da vida. Liberdade, Justiça, Amor, porque são puros símbolos de
movimentos inconscientes em progressão constante para limites, e que assim re-
presentam os próprios polos da vida inconsciente, serão para o homem eterna
petrificação da vida, eterna aspiração histórica, na sempre mesma polarização
de impulsos do seu Inconsciente: são, enfim, símbolos da própria vida.

O homem tem em si próprio, e pela sua própria condição, o estímulo do
seu progresso moral e do seu progresso social. Êle é a razão de ser de si
próprio, da Liberdade, da Justiça e do Amor. Tudo se integra na grande mec-
ânica universal, consciente e inconsciente; tudo é movimento, transformação,
progressão eterna em direcção a limites eternos. A consciência é o espelho
luminoso dum universo em trevas. E tudo volta às trevas após um pouco de
luz; o homem não pode saber mais; essa luz é o que êle sente da vida em trevas,
é o fulgor momentâneo do Inconsciente tornando-se Consciente, a forma sim-
bólica de Liberdade e de Justiça e de Amor; não são pais fórmulas vãs de
sentido, mas exponenciais conscientes do fluxo profundo do Inconsciente, e por-
tanto da própria Vida. E este movimento, esta translação do Mal para o Bem,
do Injusto para o Justo, progressão contínua para a Liberdade, é tonus vital
da Humanidade e chama-se a Moral, e chama-se a Beleza, e chama-se o Amor.

Liberdade, Justiça, Bem, Amor, Moral e Beleza, não são conceitos que se
definam como se define um triângulo; não são ideas, não são raciocínios; mas,
como digo, os exponenciais no Consciente, de movimentos determinados do
Inconsciente; ou mesmo, se quisermos aceitar uma concepção de Freud, um
hipertonus do Inconsciente. Ora, um movimento tem sempre direcção e sentido,
tem sempre um ponto de onde parte e um ponto para onde caminha. Não po-
demos pois suprimir o Mal; não podemos pois suprimir o Injusto, não podemos
suprimir os cadeados; suprimir o Mal e o Injusto, seria para sempre suprimir o
Bem e o Justo; o que podemos, porque é próprio da natureza da vida, é caminhar
indefinidamente do Mal para o Bem, do Injusto para o Justo, e, sempre em
progressão, através da escravatura, *para a Liberdade*. Concepção quasi mec-
ânica das coisas que conduz a uma situação, estoica e que no entanto, como
vemos, não congela o homem, não o petrifica, e constroi a Liberdade, a Justiça,
sobre as próprias bases da Vida.

Pedagògicamente falando ...

Por A. CORREIA DE SOUSA

V

Era eu menino e não moço ainda, quando deparei no meu modesto livro de leituras primárias o aviso a incautos literários de como era tido por grosseiro erro a expressão *deparar com* alguém ou *com* alguma coisa.

Com o andar dos tempos mudou a política, mudou a moral e não é de estranhar que tenha mudado também a forma literária, visto que pessoas *cultas* que muito dizem prezar os estudos humanistas, procurando cultivá-los e forçar os estudantes à cultura dos mesmos, não hesitam em dar àquele verbo a regência que se dizia errônea.

Também havia dantes uns sujeitos que chamavam metafísicas às gramáticas e procuravam torná-las só físicas ou menos que isso, dizendo-nos que na frase *havia uns sujeitos* eram êles complemento directo e que o sujeito *começava por não existir*, como dizia do Direito em Roma o nosso dr. Assis.

Houve também pessoas (e estas eram sujeito da afirmação de existência) que discordaram e foram apodadas de ignorantes com quem os sábios não *terçam armas*.

De modo que os rapazes dos liceus (e eu fui um dêles) tiveram de passar a dizer que *há homens* é proposição sem sujeito, a-pesar-de não perceberem que os homens existam e não sejam sujeitos da afirmação de existência, nem que êles sejam complemento directo dum verbo que só tem aqui função de afirmar essa existência como o *sum* latino.

Veem outros e dizem-nos que, na frase *choveu que está o chão molhado*, há duas orações principais porque ambas se podem dizer isoladas e independentes. E podem; tanto assim que ninguém impediu o autor de as dizer. É velho aforismo académico que a asneira é livre. Tão livre que numa gramática francesa adoptada se impingem aos alunos os advérbios *voici* e *voilà* por preposições, que não é bem impingir gato por lebre só porque há entendidos que comeram dos dois e preferem o gato. Nos gatos de quatro patas é questão de paladar e não

se discute mas nestes *gatos* miriápodos não havia antigamente direito de gosto. *Ó temporal ó mores!* que o outro traduzia — ó tempo das amoras!

Bem se vê que tinha estudado latim... certamente com êste mestre de francês que, para ser mais completo, se não esqueceu de impingir também para modelo de conjugação um verbo... irregular.

Não digo qual porque descobria o autor e apenas quero focar processos e não pessoas.

Que os advérbios antigamente *modificavam* adjectivos, verbos ou advérbios era doutrina *metafísica* mas que qualquer criança percebia porque é bastante claro que um aluno *estúpido* ainda fica *mais estúpido* se o *ensinam mal* e ficava *menos estúpido* se o *ensinassem bem*. Agora, sem metafísica alguma, os advérbios *completam* e portanto um aluno *menos estúpido* que o mestre fica mais completo... na falta de estupidéz.

Em geral a gente começa por ler o prefácio do livro e tropeça logo numa só página com *adotar* (sem p) (1) como qualquer *jornalês*, quiz (com z) como já se usou mas deixou de usar mesmo antes da grafia oficial de 1911, que é obrigatória para os alunos e facultativa para os mestres, e a-fim-de escrito *a fim de* como se a asneira tivesse alguma afinidade a não ser com outra semelhante.

Há ainda quem nos garanta que os advérbios modificam substantivos como por exemplo em *beaucoup de papillons*, ficando a gente a desconfiar que o advérbio modificou as borboletas mas sem saber se as ampliou como uma lupa, se as fêz regressar a crisálidas por amputação das asas ou que diabo de modificação lhes imprimiu.

Garantem-nos também que *porquê* é um advérbio e a gente, quando o emprega substantivamente, fica a imaginar que êle se modificou a si próprio a modos de camaleão gramatical mas, se o emprega isolado, vê-se parva à procura do substantivo ou doutra coisa que êle modifique (ou *complete*) e verifica ser muito mais difícil de achar do que agulha em palheiro.

Também quási tôda a gente escreve *há-de* e muita *hão-de* e até já me disseram tê-lo visto em gramáticas, o que é possível como muitas outras coisas que lá estão (2). Mas tal casamento não se justifica pelo eclesiástico ou pelo civil nem sequer pelo amor. É mancebia das mais indignas porque a preposição de nunca manifestou tendências afectivas por qualquer verbo por mais haver que êle seja ou por mais haveres que possua.

Mandaram-me decorar que o condicional era um modo (e eu compreendi);

(1) Anteriormente ao acôrdo *desacordado* entre Portugal e Brasil que êsse, com ligeiros aperfeiçoamentos, deve atingir o ideal de escrever mesmo sem letras há muito proposto no *Petit-Journal*.

(2) Depois de escrito isto deparei realmente numa gramática *há-de* e *has-de*. Não era de português mas era feita por um português.

mandaram-nos decorar depois que era um tempo (o que não consegui perceber nem por bom nem por mau tempo) e ensinam hoje, alguns pelo menos, que voltou a ser modo para que se não diga *quam mutatus ab illo*.

Ensinaram-me que *amasse* era imperfeito do conjuntivo e depois mandaram-me emendar para mais-que-perfeito porque era dessa forma latina (*amavissem*) que êle tinha vindo.

Percebi primeiro que era imperfeito pela função e depois que era mais-que-perfeito pela forma.

Protestei, porém, que a forma não devia ser a base de classificação, aliás deveríamos classificar o goraz de adjectivo, se é que êle vem de *vorax, acis*. Mas os mestres diziam-me que era assim que dizia o livro adoptado e assim que eu tinha de dizer. O raciocínio na escola era coisa que eu devia esconder como pudenda.

Realmente os livros adoptados são-no por quem de direito. Quem os aprova lê-os e não vai por empenhos e portanto o que lá está é ciência certa por mais duvidosa e contraditória que seja e a função do estudante bem ensaiado é dizer direito o seu papel.

Diz-me um gramático que certo autor clássico não queria ser *tachado* de qualquer coisa.

Era caso para lhe dizer que *tachado* estava êle já e muito para assim escrever.

Mas enfim o livro era adoptado em muitos liceus e aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública, com as maiúsculas tôdas, quando eu era aluno. Também me ensinaram o infinito pessoal a que me mandaram depois chamar *aoristo* que a-final já voltou à primeira forma porque os primitivos autores eram uns *ignorantes de grego* que os segundos pensam saber e que os terceiros ainda julgam saber melhor.

E tudo isto tem a sanção superior, não sei se grega também. Há ainda quem diga que *ambos* é pronome indefinido como *vários* e *outros* e vários outros, baseando-se talvez na frase popular *ambos os dois*, como quem julga que ambos não são sempre dois, única maneira de ser indefinido.

Seria por falta de latim e grego que estes humanistas perderam os mais elementares factores do entendimento, que êles julgam desenvolver nos alunos com o *qui, quae, quod* e lhes serviu a êles para o atrofiarem até à mais insignificante posição de regressivo apêndice inútil e perigoso?

Não sei se um pouco mais de latim e de grego lhes teria restituído tão preciosa faculdade mas sei com certeza que, sem latim nem grego algum, não eram capazes de nos fornecer estes avariados ensinamentos.

Ainda se o latim se ensinasse apenas com o fito de melhor compreensão do português... Mas é precisamente isso que se despreza, moendo o juízo aos rapazes com listas de verbos que pedem dativo, duplo acusativo e o resto que é um ensino que pede vassoira com mais intensidade do que os verbos pedem os

casos. Existe um livro do falecido professor Grainha que sabia latim e ensiná-lo, onde essa única utilidade se mostra, mas foi adoptado em poucos liceus e por pouco tempo talvez por isso mesmo.

E o pior é que não são só estas desumaníssimas humanidades que andam assim desumanamente tratadas pelos Compêndios e por mãos dos próprios humanistas.

O pior é andarem também as ciências a tratos de polé e quantas vezes por mãos com mais responsabilidades que o vulgar.

Assim a Revista de Educação Geral e Técnica no seu n.º 1-2 de 1934-35 censura com razões um professor que definiu ângulos adjacentes os que têm de comum o vértice e um lado porque podem ficar ambos do mesmo lado que o lado comum e satisfazem a definição sem serem adjacentes, mas não lhe ocorreu ou não quis dizer que autores, aliás de bem maiores responsabilidades, incorreram no mesmo lapso ou noutros equivalentes como o de os definir por terem um lado comum e não estarem sobrepostos, que evita a censura acima para abrir a porta a esta outra de poderem ser dois ângulos tendo os vértices respectivamente sobre os extremos dum segmento, que satisfazem a segunda definição idea que as palavras atraíçavam.

Ainda a figura, que no livro costuma andar junta, transmitiria ao aluno a ideia que as palavras atraíçavam.

Pior que isso é dizer-se em livros de ensino que a área dum losango é expressa por $\frac{l^2\sqrt{3}}{2}$ porque não se vê nem há figura que lhe dê idea alguma a não ser a de que a fórmula é falsa. Bastava ver que a figura do losango se pode modificar sem deixar de ser losango com os mesmos lados e que a área varia com isso de zero a l^2 . Mas aluno, que tal visse na altura em que tal aprende, para nada precisava do livro.

¿Lapso de escrita ou de revisão?

Não. Aqui era autêntica a ignorância do autor, visto que utilizou a fórmula na resolução de problemas e não o podia fazer não só por estar errada mas sobretudo por não haver nem se poder inventar fórmula para tal em função do lado por depender tanto dêle como da distância da Terra ao Sol ou da divindade ou humanidade de Cristo.

É certo que os génios podem dispensar os livros. Haja vista à história ou à lenda que nos pinta Pascal preso de castigo num quarto por querer estudar geometria, conseguindo que a criada lhe arranjasse carvão com que traçou no soalho várias figuras e descobriu várias proposições de Euclides. Mas os génios são raros. E que o não fôssem, com o ensino que se lhes dá, natural é que o génio se lhes evaporasse à alta temperatura das cólicas de exame, onde só brilha quem tem memória excelente e paciência bastante para papaguear o que os mestres disseram, ainda que seja em manifesta contradição com o senso comum.

Há ainda os que ficam até sem aprender a ler por falta de meios, pois a instrução não é para todos mas apenas para certos privilegiados. O falecido professor Augusto Martins conheceu um desses analfabetos, tocador de bombo numa filarmônica da Maia e encarregado de fazer mentalmente a repartição proporcional dos ganhos pelos músicos por ser tido como hábil calculista, que realizava êste trabalho com mais rapidez que qualquer outro por escrito. Lembrou-se A. Martins, então estudante do liceu, de averiguar se se trataria de individuo meramente calculista ou se raciocinaria claro sôbre problemas postos de surpresa.

Propôs-lhe por isso um e viu-o resolver imediatamente. Propôs segundo e sucedeu o mesmo. Propôs terceiro com que julgou embaraçar o analfabeto, visto ser problema que embaraça muito aluno de álgebra nos primeiros e até nos últimos anos. Mas o homem não só o resolveu bem e de-pressa mas até por forma a mostrar a clara intuição dos processos algébricos.

Não resisto à tentação de transcrever o raciocínio dum analfabeto.

Dizia o problema:

Eu tenho o dôbro da idade que tu tinhas quando eu tinha a que tu tens e, quando tu tiveres a que eu tenho, as nossas idades somarão 63 anos. ¿Qual a idade de cada um?

E disse o analfabeto:

O 2.º tinha uma parte e o 1.º tem duas; a diferença das idades é sempre a mesma e portanto o 2.º tem agora uma parte e meia. Então chamo duas partes à que tinha o 2.º e 4 partes à que tem o 1.º para o 2.º ficar tendo 3 partes agora (desembaraço de denominadores). Quando o que tem 3 tiver 4 partes, o que tem 4 terá 5 e a soma será 9 partes. Então 9 partes são 63 e portanto cada parte é 7. Logo o que tem 4 partes tem 28 anos e o que tem 3 partes tem 21 anos.

Até um aluno hábil de álgebra não porá o problema com tanta simplicidade pois será naturalmente levado a pô-lo com duas equações.

¿Que faria um aluno dêstes nas nossas escolas? O mais provável era ser excluído delas como sucedeu em França ao ilustre Gallois (o matemático) cujas descobertas, enunciadas à pressa na noite que precedeu o duelo em que morreu, deram que fazer aos matemáticos para conseguirem demonstrá-las

Aparecem períodos e até longas sucessões de períodos em apontamentos da responsabilidade de mestres (por isso que são êles próprios que os escrevem e vendem aliás às vezes pelo dôbro do preço de similares franceses bem feitos) e onde os erros abundam de tal modo que a emenda se torna impossível sem redigir tudo de novo. Isto em cursos superiores.

¿Porque se não adoptam então os franceses?

Porque não satisfazem o programa visto que se meteram em tal programa duas ou três coisas que o francês não tinha precisamente para que o francês não servisse.

É que os apontamentos pelo preço que se vendem são às vezes bom negócio.

E ainda por cima há quem os modifique de ano para ano para que os rapazes os não possam vender e hajam de guardar a *preciosidade* por não terem quem lha compre. E a propósito me parece vir perguntar porque será que os livros de ensino secundário precisam da aprovação superior e dela não precisam os do superior. Os professores de ensino superior não têm um curso especial que lhes atribua competência maior. Parece-me grande disparidade para quem acredita em cursos.

Em face disto tudo e como tôda a gente propõe reformas e muita as efectiva, será excessiva modéstia fechar estas considerações sem propor também a minha, na convicção de ser a melhor de tôdas como a respeito das suas julgaram os meus predecessores.

Com efeito muitos se preocupam com a marcha do simples para o composto, do fácil para o difícil, com o método dos complexos, com os textos, com os tipos psicológicos e mais milhentas coisas cujos nomes ocupariam muito papel.

Ora os tipos psicológicos e portanto as aptidões dos alunos são ainda uma ciência em via de constituição, uma espécie de grafologia onde é maior o número de diagnósticos certos do que errados e mesmo os certos só nas suas linhas gerais.

Se o aluno se interessa por certo método ou por certo assunto é facilimo de saber: muda de mestre até acertar com um que o faça interessar e o mesmo quanto ao assunto. Se averiguar que não há mestre nem assunto que lhe interesse, desiste e pronto.

Se isto o fizer perder tempo, tanto melhor numa ocasião em que a plétora de diplomados está sendo combatida com violências de exclusão nos cursos superiores, dando a impressão de que aí se não sabe o que se reprova ou que no curso secundário se não soube o que se aprovava, podendo pelo contrário a selecção ser feita libèrrimamente pela mão do próprio aluno.

Pressupõe isto que o aluno frequenta as aulas que quere e pode suceder que algum mestre fique sem alunos, mas os mestres, que se têm na conta de bons, não têm motivo para receios.

E a-final, se suceder, é o que sucede aos médicos sem clientes, aos negociantes sem fregueses, etc. Parece-me ser a ordem natural das coisas e não gôsto de pecados contra a natureza.

Se até se perder na totalidade o edificio do ensino por nada lhe encontrarem de aproveitável, aproveita-se sequer o terreno onde outro se edifique.

O serviço social sob o aspecto económico

POR ANTÓNIO DE CARVALHO

A análise feita aos orçamentos dos Estados cuja política se orienta no sentido duma, cada vez maior, dignificação da personalidade humana, impõe-nos flagrantemente as cifras que representam as despesas públicas com aqueles serviços cuja função é valorizar integralmente o homem e portanto, aumentar a riqueza desses países. Estão em tal situação os Serviços Sociais, que, considerados no seu aspecto económico foram focados numa conferência feita sobre tal assunto, pelo Dr. Guiser que disse: «O que um país faculta em dinheiro aos Serviços Sociais, recupera-o sob a forma de saúde e de potência de trabalho».

A Inglaterra, a França, a Rússia, a América do Norte, a Alemanha, a Itália, cujas modalidades de Serviço Social são respectivamente: serviço coordenado, serviço esquematizado, serviço nacionalizado, serviço individualizado e serviço social sistematizado — não citando outros países menores que também têm organizações interessantes — despendem verbas importantíssimas com os Serviços Sociais, as quais são as maiores dos orçamentos, depois das que dizem respeito aos encargos da Dívida Pública e da Fôrça Armada. Na Alemanha, segundo uma estatística de há poucos anos, eram computadas em cerca de dezasseis por cento (16 %); na Inglaterra em oito por cento (8 %) e na América do Norte em três por cento (3 %), as percentagens sobre o orçamento geral do estado destinadas aos encargos dos seus Serviços Sociais. A menor verba orçamental referente à América do Norte é explicada e compensada pelas somas despendidas por instituições privadas — que o Estado anima constantemente — e que orçam por cerca de dois por cento (2 %) em relação ao orçamento geral do Estado, e também como consequência duma grande descentralização de Serviços Públicos.

Para valorizar o homem — factor económico primacial — mantendo-o num óptimo de resistências físicas, morais e mentais, é necessário que se lhe faculte um nível de existência material, um estado de saúde, de higiene e de recreio espiritual tais, que obstem à sua decadência, à degradação da sua personalidade.

A organização e aperfeiçoamento contínuo dos diversos ramos de Serviço

Social, como sejam os que têm por objectivo facultar às classes trabalhadoras cuidados de hygiene, de medicina, de profilaxia de doenças venéreas e da tuberculose, de doenças infecciosas agudas, os cuidados com as mulheres no periodo de gravidez e após o parto, a vigilância aturada do trabalho de mulheres e menores, as condições de salubridade das oficinas, etc., isto é, tudo quanto possa deminuir resistências orgânicas e criar invalidezes definitivas ou transi-tórias, são preocupações dominantes dos estados à altura da sua missão. A sobrecarga de despesas com estabelecimentos de cura, de prevenção, com profi-laxia social, é compensada pela deminuição de accidentes de trabalho e de des-pesas no sector da Previdência Social.

A política interna de cada país muito beneficia moral e econômicamente, com o aperfeiçoamento dos Serviços Sociais, sendo muitos os estudos feitos por economistas e sociólogos que demonstram qual o valor económico do homem, chegando a calculá-lo por idades e profissões. Um individuo válido produz tra-balho útil maior do que o custo da sua manutenção fisiológica, e o excesso emprega-o na manutenção da familia nas distracções de espirito, em previ-dência, etc.

Conhecendo-se o valor económico individual e o número de habitantes vá-lidos dum país, pode avaliar-se a sua riqueza em capital humano — sem contar com o valor espiritual que é inestimável — riqueza que chega a ser cinco vezes maior do que a constituída pela soma de valores imóveis e móveis dêsse país.

Se se tiver ainda, em conta, que a manutenção dum homem doente — invá-lido transitória ou definitivamente — custa muito mais do que a dum individuo válido, e que uma criança anormal, gasta, para educar, cinco a dez vezes mais do que uma normal, que a doença custa ao Estado e aos particulares, aproxi-madamente, quinze por cento (15 %) em relação às receitas do Estado, e que, com cuidados de hygiene e de medicina, convenientemente applicados, se pode evitar um têrço de casos, atinge-se fâcilmente qual é a importante finalidade económica do Serviço Social. Da sua actuação resulta uma melhoria das condi-ções de vida interna dos povos, os quais poderão então, nas suas relações externas, contribuir para um pacifismo real, que só se conseguirá praticamente, quando, por tôda a parte, a cultura integral do homem fôr um facto, podendo assim caminhar-se para um desarmamento gradual de ordem moral e material.

Com salários de fome, sem hygiene, sem previdência, sem fiscalização do trabalho, sem educação, só se consegue aumentar a turba de entes anormais, criar degradação moral. A fundação de sanatórios, dispensários, a manutenção de hospitais, hospícios, manicômios, tribunais e prisões, mesmo que aumentassem numa progressão aritmética, os males cresceriam em progressão geomética, se não se procurar debelar a desgraça na sua origem, e o homem, algoz do homem, não terá necessidade de exterminar o seu semelhante pela guerra, visto que, a sua decadência gradual o aniquilará totalmente, arrastando-o até à derrocada final, contemplado por uma falsa civilização de reclames petulantes.

A desvalorização monetária nos últimos vinte anos

POR SALVADO DE CARVALHO

1. Uma explicação que nada explica

Um após outras, as moedas fiduciárias, quer as dos países fortes e prósperos, quer as dos países fracos e pobres, veem sendo atacadas, de 1914 para cá, da enfermidade da desvalorização. Até agora, só têm conseguido escapar a este contágio epidémico da instabilidade descensional, o franco suíço e o florim neerlandês, se bem que a muitos se afigure que nem um, nem o outro conseguirão resistir indefinidamente aos assaltos insidiosos do mal. Trata-se, por conseguinte, dum fenómeno cuja extensão no espaço e no tempo nos induz a pôr, desde logo, de remissa a hipótese da sua filiação em causas meramente acidentais.

De facto, é hoje doutrina aceite pelos técnicos da especialidade e até pelos leigos que a causa permanente dêsse «mórbus» consiste na falta de correspondência entre as várias moedas e a situação económica das correlativas nacionalidades. A guerra 1914-18 teria tido o mau sestro de gerar em seus flancos o desequilíbrio dos elementos constituintes da actividade material dos homens. Daí a necessidade de sucessivos ajustamentos dos valores dos módulos monetários convencionalmente escolhidos para facilitação dos intercâmbios internos e externos, tanto de mercadorias como de serviços, com os equilíbrios instáveis episódicamente assumidos pelo conjunto da economia dos povos, considerando êsses equilíbrios quer em plano nacional, quer em plano internacional. Só quando se chegar a uma arquitectura económica um pouco menos precária, isto é, um pouco mais estável, será lícito à humanidade conceber a doce esperança de que haja uma pausa prolongada nesta autêntica «dança de S. Vito» do sistema monetário internacional.

Arquitectada esta forma explicatória para uso e regalo do espírito humano invencivelmente adstrito ao princípio da causalidade, o comum dos mortais esfregou as mãos em sinal de contentamento e gritou o «eureka» das descobrir-

tas piramidais. Na verdade, ficava-se sabendo o *porquê* do fenómeno, depois de haver-se tomado conhecimento do *como*: logo, cada um poderia, à noite, repousar a cabeça tranqüilamente sôbre o travesseiro, certo como estava de que os factos sorrateiros não haviam conseguido encontrar em falta a indefectível propensão investigadora dos humanos.

E, contudo, pensado melhor, aquela explicação pertence ao número, infelizmente muito grande, daquelas que em si nada explicam. Com efeito, se determinado Estado não pôde manter a equivalência estabelecida na lei entre o valor facial dos sinais fiduciários e certo pês de ouro fino, se isso acarretou consequentemente a queda da cotação internacional daqueles sinais, é evidente de per si que o conjunto da economia do agregado populacional respectivo saiu da posição de equilíbrio mais ou menos instável em que se encontrava para ir em demanda de outro arranjo. Quere isto prosaicamente significar que, na epoca anterior ao fenómeno, não havia acomodação fácil ou mesmo possível entre o sistema monetário vigente e os restantes factores da vida material dêsse povo. E, pois, uma das verdades elementares do «*Amigo Banana*», versão portuguesa do gaulês «*Monsieur La Pallice*», aquela que atrás foi enunciada como própria para aplacar a curiosidade humana, muito exigente na forma, mas, pelos modos, pouco exigente no fundo. Poderíamos até sustentar, sem para isso termos que penetrar nos domínios do paradoxo, que, afinal de contas, a pretendida explicação nada mais é do que outra modalidade de apresentação ou enunciação do problema.

Se quiser conhecer o assunto com mais alguma profundidade, o público deve requerer dos seus guias espirituais que, entre outras coisas, lhe expliquem sob que formas se tem manifestado a falta de sincronismo entre a cotação internacional das moedas fiduciárias nacionais e os restantes factores económicos e quais possam ser as causas e os efeitos dessas dissonâncias económicas.

Não pretendemos introduzir-nos com pés de lã na coorte dos tais guias espirituais dos nossos concidadãos. Somos, em todo o caso, um homem propenso por natureza para reflectir acêrca dos factos que se desenrolam em tórno de si, fazendo-o com inteira independência intelectual, embora sem desrespeito pelos modos de ver dos consagrados, quando essas opiniões nem traduzam enquistamentos, nem equivalham a precipitações. Eis a razão por que nos abalançamos a comunicar aos leitores da *Vida Contemporânea* o fruto das nossas reflexões individuais sôbre o problema enunciado.

2. Vários poderes de compra para a mesma moeda

Os produtos em dado momento existentes dentro do território de qualquer Estado podem classificar-se em quatro categorias pelo que diz respeito, simultaneamente, à sua origem e ao seu destino:

- 1.^a — Produtos importados do estrangeiro;
- 2.^a — Produtos a exportar para o estrangeiro;
- 3.^a — Produtos oriundos do próprio país e destinados ao seu consumo;
- 4.^a — Produtos em trânsito, isto é, vindos do exterior para efeitos de reexportação.

Ponhamos de banda esta quarta categoria, não só por ser, na relatividade, pouco importante, mas ainda, e sobretudo, porque, no ponto de vista em que vamos situar-nos, não nos interessa. Após o quê, vamos ver se é possível relacionar o poder aquisitivo das moedas dentro das fronteiras respectivas com o mesmo poder fora delas.

Para isso, começaremos por imaginar-nos vivendo num mundo ideal, sem nenhuma espécie de entraves à livre circulação das mercadorias através da sua superfície, isto é, sem barreiras alfandegárias francas ou disfarçadas. Em tal hipótese e supondo ainda que o «dumping» haveria sido inteiramente proscrito, chegaremos logicamente, sem esforço, às conclusões seguintes:

1.^a O poder aquisitivo das moedas nacionais, no tocante aos produtos importados, seria necessariamente inferior ao poder aquisitivo das mesmas moedas nos respectivos mercados de origem, sendo a diferença dos preços unitários igual à soma de três parcelas: custo do transporte, ónus do seguro e lucro dos intermediários por unidade.

2.^a O poder aquisitivo das moedas nacionais, no que se refere aos produtos de exportação, seria maior dentro dos próprios países do que nos países de destino, sendo a diferença dos preços unitários igual ao quantitativo das despesas e lucros unitários inerentes à função distribuidora, a que aludimos na conclusão anterior.

3.^a O poder aquisitivo das moedas nacionais, para os géneros e artigos produzidos e consumidos nos correlativos países, seria sensivelmente o mesmo dentro destes do que nos países susceptíveis de idênticas produções, devendo o afastamento dos preços unitários, a existir, ser sempre inferior à soma das parcelas mencionadas na primeira conclusão.

As considerações precedentes permitem-nos formular esta afirmação fundamental: o poder aquisitivo de qualquer moeda seria normalmente diverso no mercado interno e no externo, isto relativamente a cada produto considerado de per si, ainda quando por toda a parte estivesse em vigor um regime de liberdade económica sem limitações nem contrafacções. Se, porém, nesse mundo idílico, considerássemos o poder aquisitivo dos sinais fiduciários, não em relação a um só género e artigo, mas em relação ao conjunto dos que são consumidos pelo *homem médio* — passe a expressão consagrada pelo uso —, então seríamos levados a concluir que o poder de compra, médio também, de cada moeda nacional seria o mesmo dentro e fora do país: quando muito, poderiam existir afastamentos que, à força de microscópicos, não seriam de considerar.

Hoje em dia, porém, os governantes deram em respeitar muito pouco os princípios do liberalismo económico puro, tendo-se o proteccionismo pautal instalado por toda a parte como senhor absoluto. Importa, por conseguinte, que os nossos raciocínios baixem daquele mundo ideal para o mundo real e tangível. Dentro destes, os distanciamentos entre o poder médio de compra das moedas nacionais aquém e além-fronteiras tornam-se os mais diversos. Indiquemos sumariamente a forma de calculá-los. Para esse efeito, efectuem-se as seguintes operações preliminares:

a) Para as diversas variedades de mercadorias importadas por cada nação, multipliquemos o número de unidades consumidas anualmente pela soma das verbas seguintes — despesas de transporte, encargos de seguros, lucro dos intermediários e direito aduaneiro por unidade —, somando-se depois os resultados parcelares obtidos para cada uma daquelas variedades.

b) Outro-sim, para cada uma das variedades de mercadorias de produção e consumo internos, operemos a multiplicação do número de unidades consumidas anualmente pela diferença entre os seus preços unitários no mercado interior e naquele mercado externo donde resultasse mais barata a importação, somando-se depois os resultados parcelares obtidos para cada uma daquelas variedades.

c) Somemos os dois números finais achados nos cálculos das alíneas a) e b) e dividamos essa soma pelo número total de unidades a que se referem as mesmas alíneas.

Feito este conjunto de operações aritméticas para todos os países, acharíamos uma série de números, cada um deles expresso na moeda nacional correlativa. Baptisaremos esses números com a designação um pouco extensa de — *agravamento do preço médio da unidade de consumo* —, sendo óbvio que este agravamento é estabelecido em referência a um «*plafond*» comum a todos os povos. Estamos agora em condições de fazer o cálculo da diferença entre o poder de compra da nação *A* no seu próprio território e o poder de compra da mesma moeda no território da nação *B*. Para isso, teríamos que exprimir o número calculado para *B* em moeda do *A*, entrando em linha de conta com as cotações cambiais. Referidos à moeda de *A* os «agravamentos do preço médio da unidade de consumo» em *A* e *B*, a sua diferença dar-nos-ia o distanciamento *d* entre aqueles agravamentos. Se deste número quiséssemos passar para o afastamento entre o poder de compra da unidade monetária de *A* em *A* e o seu poder de compra em *B*, não teríamos mais do que dividir *1* por *d*. Multiplicando por cem o resultado da operação anterior, ficaria calculada a percentagem desse afastamento.

Em resumo, neste mundo real, formado, na frase do melancólico António Nobre, por uma «bola de lama», sobre a qual — acrescentaremos nós — se agitam dois biliões de rãs barulhentas, a economia, por virtude da adopção colectiva do proteccionismo, foi tomando uma conformação dentro da qual a capa-

cidade de adquirir dos sinais monetários passou a obedecer às leis basilares que, a seguir, são apresentadas:

1.^a Os preços de cada um dos gêneros e artigos, quando expressos numa só unidade monetária, para o que se torna necessário entrar em consideração com as cotações cambiais, são representados em regra por números diferentes nos vários compartimentos políticos em que está dividida a superfície da Terra, dando-se o mesmo entre as diversas regiões de cada um desses compartimentos, segundo as suas distâncias aos centros produtores e as facilidades de comunicação com estes.

2.^a A capacidade média aquisitiva de qualquer moeda não é a mesma nos vários países, sendo estes afastamentos, em grande parte, função crescente da altura das barreiras aduaneiras de que se rodeia cada um desses países.

Destas duas leis infere-se, como corolário, que as tentativas de nivelamento dos preços mundiais nada mais representam do que uma frase vazia de sentido, até mesmo se acabasse por ser abolido com carácter de generalidade o sistema proteccionista. Afirmar, nestes termos, que a quebra das moedas é a consequência dos desnivelamentos dos preços só pode ser uma parcela da verdade, tão certo é que essas *fatais* diferenças de altura, por si sós, nunca determinam necessariamente a desvalorização. Esta pode ser voluntária ou forçada: no primeiro caso, os governos decretam-na com a finalidade de modificarem pela direcção estatal da moeda certo número de factores económicos prejudiciais ao bem comum, entre os quais se contam os desnivelamentos de que nos vimos ocupando; no segundo caso, é a pressão irresistível dos acontecimentos internos e externos que acaba por vencer a resistência de governos batendo-se até à última, com testaruda pertinácia, pela manutenção das cotações internacionais da sua moeda.

3. Quebras monetárias não forçadas

O homem faz inventos mecânicos da mais indiscutível utilidade, engendra efabulações ideológicas da mais alta transcendência e, firmado nelas, architecta formas de estruturação social e política da mais inextricável complexidade, pondo-as em vigor através de normas jurídicas apropriadas. Até aqui o homem faz de «*Deus ex machina*». A partir, porém, do momento em que um sistema foi pôsto em marcha, os factos sucedem-se segundo uma ordenação lógica e inflexível que estava implícita na própria orgânica desse sistema. Quando eles o surpreendem desagradavelmente, o homem cura de modificar o organismo que concebera, mas, como, freqüentemente, isso se faz à pressa, sob o chicote dos acontecimentos, não é raro também que «a emenda resulte pior do que o soneto». E nem isso nos deve parecer estranho ou censurável se nos dermos ao trabalho de reflectir em que a engrenagem da vida social é tão complexa que as repercussões da mais ligeira correcção vão fazer-se sentir em

extensão e com intensidade, uma e outra insusceptíveis de serem abrangidas na sua totalidade até mesmo por aqueles espíritos caracterizados pela amplitude do seu campo visual.

Tal é, por exemplo, o caso do recurso governamental ao paliativo da desvalorização voluntária da moeda. Os dirigentes dos Estados lançam mão dele, à falta de melhor, porque se vêem muitas vezes submergidos debaixo de avalanches de dificuldades nadas e criadas pelo encadeamento dos fenómenos económicos, designação esta sob a qual compreendemos também a variedade, quasi sempre autonomizada, dos fenómenos financeiros. Enumeremos algumas dessas dificuldades, fazendo notar que elas se desprendem umas das outras e acabam por fechar, pela ligação da última à primeira, o círculo vicioso das economias nacionais enfermas:

1.^a — Um menor poder de compra da moeda nacional dentro do país do que fora dele;

2.^a — O encarecimento da vida;

3.^a — A elevação dos salários e vencimentos, ou a miséria do povo, ou as duas coisas simultaneamente por insuficiência da primeira;

4.^a — A diminuição da parte sobranete do rendimento colectivo e, portanto, o enfraquecimento do poder de capitalização do país;

5.^a — O aumento dos encargos do Estado, a par da tendência para o decréscimo das receitas que, se não é contrariada pela elevação das taxas tributárias, conduz forçosamente ao «deficit» orçamental;

6.^a — O aumento do quantitativo dos débitos internos e externos dos Estados;

7.^a — A desconfiança dos possidentes, redundando em fuga de capitais e, portanto, no abaixamento do potencial capitalista da nação;

8.^a — O agravamento das condições funcionais da produção que se traduz no enfraquecimento do poder expansivo mercantil, na tendência para se saldarem com «deficit» os balanços dos pagamentos internacionais do país, no acréscimo do distanciamento do poder de compra da moeda dentro e fora das fronteiras, supondo constantes as suas cotações internacionais, e no fenómeno do desemprego.

Vejamus qual seja o efeito provável que sôbre um organismo nacional padecendo destas mazelas, virá a produzir o remédio da desvalorização da moeda na sua modalidade voluntária — qualificativo que reservamos para os casos em que tal medida surja antes do momento crítico em que o Estado já tenha esgotado por completo os recursos com que poderia defender a cotação internacional dos seus sinais fiduciários. As operações governativas dêste tipo são sempre acompanhadas dum conjunto de providências legislativas tendentes a dificultarem, na medida do possível, os sobressaltos da economia nacional. Por um lado, pretende-se que não variem as relações da moeda com os serviços e as mercadorias nacionais. Por outro lado, empregam-se os maiores esforços

para aprisionar o ouro existente dentro do país e, de maneira geral, os capitais móveis e para, ao contrário, obter o afluxo de novas quantidades de metal amarelo e de capitais emigrados anteriormente, tudo com o fim de irem sendo preparadas as condições para o retorno à estabilidade monetária e, conseqüentemente, ao padrão-ouro.

A manutenção do nominal da retribuição dos serviços de toda a ordem torna-se fácil de conseguir durante algum tempo por virtude do que poderemos chamar a inércia do sistema económico. No tocante à conservação dos preços unitários das mercadorias de produção interna, há que distinguir duas hipóteses: ou as matérias primas correlativas são originárias do próprio país, e então, ainda por causa da sobredita inércia, os preços podem agüentar-se no nível anterior ao fenómeno da desvalorização por prazo mais ou menos dilatado; ou as matérias primas são importadas, e então opera-se desde logo a elevação dos preços dos produtos derivados, embora esta seja proporcionalmente menos acentuada que a desvalorização monetária, visto que supusemos que os salários não foram afectados, pelo menos na aparência.

Assim, pois, imeditamente após a quebra voluntária de qualquer moeda, o panorama económico e social do país em que ela se verificou surge-nos com a seguinte configuração: os rendimentos nominais, quer do trabalho, quer da grande maioria dos capitais, mantem-se aproximadamente invariáveis; os preços das mercadorias de produção interna ou não sobem, ou sobem ligeiramente; os preços dos produtos importados sofrem acréscimos da mesma amplitude que a desvalorização monetária; o índice do custo da vida cresce, portanto, mais ou menos acentuadamente, segundo as circunstâncias. Praticamente, a quebra da moeda traduziu-se no abaixamento do nível de vida da quasi totalidade dos cidadãos, sem que, de modo geral, sejam profundamente alteradas, na fase inicial do fenómeno, as relações de posição dos individuos que compõem a colectividade nacional.

Atente-se ainda em que os distanciamentos entre o poder de compra da moeda nacional dentro do país e esse poder de compra fora dêle ou deminuem sensivelmente, ou podem mesmo mudar de sinal, o que, por vezes, acarreta conseqüências assaz importantes. É que, imaginando constantes as alturas das barreiras alfandegárias próprias e alheias, a expansibilidade, nos mercados externos, dos géneros e artigos nacionais tende a aumentar, ao mesmo tempo que tende a deminuir a capacidade de penetração das mercadorias estrangeiras dentro do território nacional. A desvalorização figura assim como acicate para as exportações e como freio para as importações. Esta vantagem pode, porém, transformar-se no «*calcanhar de Aquiles*» dos métodos desvalorizadores, para comprovação de que a Rocha Tarpeia é sempre vizinha do Capitólio.

Antes, porém, de abordarmos êste aspecto particular do problema de que nos vimos ocupando, poremos em relêvo que, pelo facto de aumentar com a desvalorização da moeda-papel o poder de compra do ouro no território nacional,

pode gerar-se uma predisposição no sentido do refluxo, para dentro das fronteiras, dos capitais próprios emigrados. Para que tal se dê, torna-se necessário e suficiente que no ânimo dos detentores dêsses capitais se enraizem duas convicções, a saber: 1.^a) que a desvalorização não leva geitos de se acentuar gradual e progressivamente, a ponto de aniquilar uma fracção considerável daqueles capitais que, à sombra do fenómeno, se lembrem de retornar, como o filho pródigo, à casa paterna; 2.^a) que as moedas dos países até então considerados como paradeiros seguros pelo dinheiro assustadiço e errante manifestem, a seu turno, sintomas de pouca solidez, o que pode transformar os locais de refúgio em locais de prisão. Se os acontecimentos mundiais levarem os possidentes a êste estado de espírito, não é de estranhar que êles aguardem a eclosão duma primeira fase de relativa estabilidade, após a queda vertical do início e as consecutivas oscilações das cotações cambiais, para procederem à repatriação dos capitais evadidos em épocas anteriores, querendo assim extrair da desgraça colectiva o maior beneficio individual possível.

Ê, pois, de admitir que, nos primeiros tempos depois das desvalorizações provocadas de caso pensado por governos dinâmicos, assistidos por técnicos competentes, a economia do país em que se realize a experiência sinta um alívio, já porque as exportações tenham sido excitadas, já porque o volume dos capitais móveis disponíveis tenha aumentado, com o consequente embaratecimento do seu aluguel, isto é, com a deminuição da taxa de juro. Êste acréscimo da actividade nacional pode, por sua vez, determinar a formação duma vaga de optimismo que se traduza para o consumo em aumentos correlativos do decréscimo do receio quanto à persistência da crise, facto êste que, a seu turno, produzirá a intensificação do fenómeno que lhe dera origem. Êste conjunto de circunstâncias arrisca-se a dar assim, de momento, à panaceia da desvalorização a aparência de remédio heróico. Em povos progressivos, alguns dêstes resultados podem mesmo consolidar-se, ou seja, passar da categoria de provisórios para a de definitivos. Em qualquer hipótese, as reacções internacionais são inevitáveis, visto que, se, no complexo das relações económicas ou políticas dos povos, se alterar a posição dum dêles, há-de provocar-se fatalmente um desequilíbrio geral mais ou menos profundo, havendo que proceder consecutivamente a pacientes reajustamentos. Ê então que se revela a existência do tal «calcanhar de Aquiles» atrás referido.

Com efeito, os dirigentes dos outros Estados, desde que sejam postos em face dum fenómeno tendente a modificar em detrimento das colectividades a que êles presidem o regímen das trocas internacionais com o país desvalorizador, procuram defender-se, à custa da elevação dos direitos aduaneiros, contra o chamado «*dumping*» dos câmbios. Por vezes, porém, êste sistema de super-excitação do proteccionismo já se afigura aos sobreditos governantes remédio insuficiente para o mal, e então enveredam resolutamente pelo caminho dos contingentes e das proibições claras ou disfarçadas. A estas represálias o Estado

vítima delas responde com medidas de natureza semelhante, o que depois dá origem a maquiavélicas negociações em que cada um dos contendores acaba por ceder até ser encontrada uma plataforma aceitável por ambos. A paz consecutiva a estes conflitos de carácter económico redonda sempre, porém, em maiores restrições do comércio internacional do que aquelas que, antes dêles, já existiam por mal dos nossos pecados num mundo em que vai perdida tôda a noção de sociabilidade, em qualquer dos seus aspectos materiais e espirituais. Acentua-se assim cada vez mais o sentido autárquico dos nacionalismos económicos da era contemporânea. De tudo isto resulta que, pouco a pouco, a intensificação das exportações, registadas a seguir a estas quebras voluntárias da moeda, vai desaparecendo como fogo fátuo, o proteccionismo vai redobrando de fúria, as várias formas de remuneração do trabalho vão subindo à medida que se agravam os preços interiores por virtude dum fenómeno irresistível de osmose económica, os rendimentos nominais dos capitais vão-se elevando.

Se o nominal das remunerações e rendimentos individuais crescesse proporcionalmente tanto quanto se houvesse desvalorizado a moeda, o fenómeno teria resvalado pela epiderme nacional como uma bola de papel por uma couraça de aço. Mas as coisas não se passam assim. As remunerações aumentam de modo desigual de profissão para profissão e ainda consoante as regiões, sucedendo o mesmo com os rendimentos do capital dinâmico, qualificativo atribuído por nós àquele que deliberadamente se inverte, por conta do proprietário, nalgum dos ramos da actividade económica. Pelo que diz respeito aos rendimentos do capital estático, isto é, daquele capital colocado sob a forma de obrigações ou empréstimos, o caso é ainda mais frisante: se as obrigações ou empréstimos estão expressos em moeda nacional, os seus rendimentos e o próprio capital sofrem, sem contrapartida, o golpe da desvalorização; se estão expressos em ouro, escapam inteiramente aos seus efeitos. Verifica-se, pois, que, se na relatividade as situações sociais dos agregados onde se realizaram manipulações monetárias dêste teor não pareciam de começo fundamentalmente afectadas, acabam por sê-lo, passado algum tempo.

Valha-nos ao menos a certeza de que os Estados, êsses, embora, de entrada, lhes sejam antes prejudiciais do que favoráveis as repercussões dêstes fenómenos, com o rodar dos tempos acabam por acomodar-se com a situação e até extrair dela certas vantagens, o que não é coisa despicienda num tempo em que êles são o centro coordenador de tôda a vida económica das nações, de modo que a sua falência podê pôr em perigo os fundamentos da sociedade. Enumeremos algumas das vantagens que êles podem, de facto, retirar duma desvalorização voluntária:

1.^a — A dívida interna dos Estados desvalorizadores deminui em valor-ouro na razão da queda das cotações da moeda-papel.

2.^a — Pouco a pouco, as receitas públicas nominais acabam por acusar um aumento proporcional a essa queda, ao passo que os Estados oferecem resis-

tência eficaz a uma subida comparável dos encargos com o pessoal, donde se infere que o «deficit» dos orçamentos diminuirá, podendo até extinguir-se.

3.^a — Os Estados podem manejar o fenómeno da desvalorização de forma a ameaçarem certos Estados concorrentes, transformando-se esta simples ameaça em arma para pressões e negociações de carácter económico e financeiro.

4. Quebras monetárias forçadas

Se há casos em que os governos, estudando com minuciosa inquietação o desenrolar dos acontecimentos no passado e prevendo a sua provável projecção no futuro, resolvem decretar a quebra da moeda com o objectivo de transformarem um mal, que se lhes afigura inevitável em época mais ou menos remota, no remédio com que haverão de sanar-se certo número de dificuldades presentes, outros casos há em que os governos, em vez de procurarem antecipar a eclosão dum fenómeno vindouro, o retardam, na medida do possível, com testaruda pertinácia.

Marquemos a traços largos as fases sucessivas dessas lutas inglórias.

O mal-estar da colectividade começa por denunciar-se sob a forma de «deficits» orçamentais endémicos, isto é, de desordem persistente na vida financeira do Estado. Quási ao mesmo tempo, o mundo dos negócios presente as primeiras manifestações da tendência para também fecharem com saltos negativos os balanços dos pagamentos internacionais do país, revelando-se assim na vida dêste certa desorganização e impotência. É claro que nas contas dum povo com o conjunto dos outros povos, o *deve* e o *haver*, acabam sempre por nivelar-se, mas êsse nivelamento ou é espontâneo ou se obtém por meios artificiais. É esta última circunstância aquela que se verifica na hipótese em estudo: começa-se naturalmente por recurso insistente e choramingão ao crédito externo, que não deve ser extremamente fructuoso para nações de economia enfermiça, e desemboca-se no expediente de remessas sucessivas para o estrangeiro de fracções, mais ou menos avultadas, das reservas-ouro do banco emissor. Chega, porém, o momento em que estas se situam abaixo do mínimo marcado na lei para o funcionamento do sistema monetário. Então a desconfiança, acicatada pelo conhecimento de tal facto, provoca em doses maciças a emigração dos capitais particulares. Esgotadas as disponibilidades do mercado em divisas externas oferecendo-se ao público, os possidentes alarmados passam a formar cauda nos «guichets» do banco emissor, a solicitaram a troca do papel fiduciário por ouro. Nestas condições, o medo degenera em autêntico pânico. Os governos, que por momentos haviam assumido a clássica atitude do macaco assustado — mãos agarradas à cabeça — são forçados nessa altura «a fazer das tripas coração». intervindo na marcha do fenómeno sob a forma de suspensão do padrão-ouro e de estabelecimento duma moratória para os pagamentos, que ora toma carácter

geral, ora aproveita apenas aos institutos de crédito. É que o pânico assume aspectos multiformes: já se não desconfia apenas da solidez da moeda nacional, desconfia-se da solidez de toda a arquitectura económica e financeira do agregado, sem se querer reparar em que o próprio terror dos endinheirados é que amplifica extraordinariamente as proporções do incidente, fazendo degenerá-lo em catástrofe. Com efeito, na ânsia de realização de dinheiro líquido para ser invertido em moeda estrangeira ou em ouro, os particulares por um lado, com a anormalidade dos levantamentos dos seus depósitos, submetem a dura prova a solvabilidade dos bancos, alguns dos quais não conseguem resistir a tal pressão, por outro, lado, com a venda de papéis de crédito nacionais em proporções fora do comum, afundam as suas cotações, e por último, com os dois procedimentos citados, tiram ainda aos devedores particulares meios de liquidação dos seus compromissos. Crise financeira, crise económica, crise monetária, crise bolsista, crise da moralidade comercial — eis as fases sucessivas da evolução de tal fenómeno.

Há entre as quebras voluntárias e as quebras forçadas da moeda o mesmo distanciamento psicológico que nas operações militares de larga envergadura separa as retiradas estratégicas das debandadas consecutivas às derrotas fulminantes. As retiradas estratégicas, como as quebras voluntárias dos sinais monetários, executam-se em boa ordem, mediante planos maduramente pensados, em que estão, tanto quanto isso é possível, previstos todos os obstáculos que sejam susceptíveis de opor-se à consecução do objectivo final. As debandadas, como as quebras forçadas dos sinais monetários, fazem-se em tropel, aos gritos afflictivos de «salve-se quem puder!». ¿Como é que, em regra, mudam de sentido os fenómenos económicos dêste último tipo? Por um sobressalto dominador do instinto de conservação dos povos chegados à beira do abismo que, por instantes, parece dever tragá-los. Finanças pela rua da amargura, economia desorganizada, moeda rolando de escantilhão para o Nada, desordem nas ruas e nos espíritos, estalidos ameaçadores na estrutura social e política, e, quando já o caos se lobra no horizonte, eis que os povos se põem a reagir e, a-pesar-de tudo, se salvam.

Este é o panorama habitual. Contudo, há debandadas que, mal se iniciam, logo provocam aquelas miraculosas reacções que, na generalidade dos casos, só surgem depois do esgotamento e da derrocada. Para se conseguir ordenar, por assim dizer, instantaneamente hostes desbaratadas e confundidas, torna-se, porém, necessário ser nada mais, nada menos do que Inglaterra. Durante os meses que precederam setembro de 1931, êste país pretendeu resistir à desvalorização da libra, queimando para isso os últimos cartuchos com obstinação verdadeiramente insular. Esgotou mais de 200 milhões de libras de créditos externos, facultados pela França e pelos Estados Unidos da América do Norte. Deixou baixar a reserva do Banco de Inglaterra até 120 e poucos milhões de libras, quando se considerava a verba de 150 milhões como o mínimo indispen-

sável para um precário funcionamento do padrão-ouro. E, como, não obstante estes sacrifícios consentidos em holocausto à estabilidade monetária, as retiradas de capitais continuassem a efectuar-se em doses incomportáveis, a Grã-Bretanha, com altiva resignação, confessou-se vencida por carência de recursos para continuar lutando. Os seus governantes, recuperando a serenidade por momentos perdida, souberam sacudir, sem perda de tempo, o preconceito secular do livre cambismo, editaram com fulgurante rapidez, medidas de salvação nacional que restituíram ao cidadão britânico, possuído de nervosismo, a plena posse da sua fleugma tradicional e ao velho depositante estrangeiro, agora demandando, em parte, outras paragens, um recomêço da antiga e cega confiança. Em suma, a grande nação insular, vencida numa batalha monetária, sofreu menor sobressalto em setembro de 1931 do que a França durante os meses de abril a maio de 1935, não obstante ter conseguido ainda desta vez sair vencedora do assalto contra o franco.

Com a mesma impecável serenidade, provando-se assim que algumas das qualidades da raça anglo-saxónica se não perderam com a transplantação para terras americanas, procedeu ulteriormente o Presidente Roosevelt ao manejar com o concurso do seu «trust» de cérebros a desvalorização do dólar. Não esqueçamos, porém, que esta quebra foi voluntária. As dificuldades a vencer nos dois casos não sofriam por isso comparação.

5. O estado actual do problema monetário

Logo nas primeiras frases dêste estudo aludimos à perturbação monetária determinada pelo conflito bélico de 1914-18. Convém dar um pouco mais de amplitude a essas considerações para melhor compreensão do que nos resta ainda para dizer.

A guerra trouxe consigo automaticamente a suspensão ou derrogação do padrão-ouro nos países beligerantes, com incómodas repercussões em certos países neutrais. O post-guerra acentuou e generalizou a desordem monetária, tornando-se o retôrno ao padrão-ouro uma das mais prementes obsessões de técnicos e governantes. Várias conferências internacionais, tais como as de Bruxelas e Génova, para só citarmos as de maior tômo, acentuaram em solenes votos finais a urgência e o alcance do restabelecimento da estabilidade monetária dos povos, erigindo-a à categoria de fetiche, com poderes mágicos para a cura dos males financeiros e económicos de que vinha padecendo a aflita e desnordeada humanidade.

Diz um revelho ditado que «água mole em pedra dura tanto dá até que fura». Assim sucedeu no tocante a esta opinião dos entendidos e dos interessados. Umas após outras, diversas nações foram reentronizando o ouro na função basilar dos seus sistemas monetários, se bem que, entre tôdas quantas haviam incorrido no grave pecado da instabilidade, só a Inglaterra tivesse con-

seguido restabelecer a relação existente, antes da guerra, entre a moeda-papel e o ouro: as outras contentaram-se em dar estado legal a uma quebra monetária imposta por factores de vária natureza. Só as nações de fraca potência económica e de desordenada vida política continuaram jazendo em regime de inconversibilidade, muito embora todas elas se esforçassem por diminuir a amplitude das oscilações monetárias e muitas tivessem conseguido aproximar-se duma estabilidade de facto, precursora da estabilidade de direito.

Estava, por conseguinte, alcançado, com certo carácter de generalidade, o objectivo que os dirigentes da coisa pública haviam marcado a si próprios, em plena concordância com as laboriosas rumações mentais dos especialistas. As naus governativas deveriam, pois, singrar em mar bonançoso em demanda da ilha encantada da prosperidade. ¶Vai senão quando, levanta-se no oceano económico a mais violenta das tempestades de que há memória, tão furiosa que ameaça de fazer sossobrar essas pobres barcaças, depois de havê-las desarvorado e de haver-lhes feito perder o rumo!

Disto é legítimo — parece-nos — extrair a conclusão de que a estabilidade monetária, só por si, não determina forçosamente o bem-estar material. Se, em relação a este, a estabilidade não é, pois, *causa suficiente*, pode, em todo o caso, figurar como *causa necessária*. A ser isto assim, teria faltado a concomitância de outros factores para que, depois do retôrno ao padrão-ouro, tivesse existido sobre a face da Terra um perene idílio. E, como se não descortinem com facilidade êsses tais factores, então toca a afirmar dogmáticamente que há estabilizações lógicas e estabilizações absurdas, segundo houver ou deixar de haver correspondência entre a posição assinalada à moeda e a situação económica nacional, tese vaga a que aludimos no primeiro capítulo dêste trabalho. Por outras palavras, cada nação, sob o ponto de vista económico, semelhará um trôço dum rio ou dum canal, separado dos outros troços por eclusas. Em cada um dêles, o ouro deveria ter um nível próprio, isto é, um poder de compra diverso dos que se registassem nos outros, e, além disso, a relação entre o valor facial da moeda-papel e o do ouro deveria adaptar-se, empiricamente, à realidade da vida económica geral, ao volume quer dos débitos internos dos Estados, quer dos sinais fiduciários, considerado êsse volume tanto em valor absoluto, como em valor relativo, tomando como segundo termo da comparação ou o montante dos capitais fixos da colectividade ou a totalidade dos créditos necessários para o regular funcionamento da máquina económica. Assim, pois, normalmente a estabilidade monetária não seria causa da prosperidade e do equilíbrio económico, antes seria o seu lógico efeito, ainda que possa supor-se que surgiriam perturbações de toda a ordem se, atingidos essa prosperidade e êsse equilíbrio, a moeda persistisse em andar ao «Deus dará». Reflectindo profundamente no problema, conclui-se, porém, que em tais condições ou se chegaria espontaneamente à estabilidade de facto, ou então provocar-se-ia a apreciação excessiva

da moeda-papel, caso em que os clamores gerais forçariam o Estado a decretar a estabilidade legal.

Esta é a clara e insofismável lição dos factos. ¡Vá lá, porém, a gente dizer à teimosa e superficial humanidade que a aprenda! Agora mesmo a Inglaterra, cujo senso prático a-pesar-de caracterizado por certa dose de inércia, se curva dôcilmente perante as realidades, desde que as tenha lobrigado, se vê assediada, de todos os lados, por sugestões no sentido de se iniciar novo e apressado regresso ao padrão-ouro. Como intérprete do reduzido grupo de povos que se conservam fiéis ao Moloch aurífero e que a tantos trabalhos e canseiras se têm sujeitado para manterem esta dificultosa fidelidade, a França cumula-a de solicitações directas e indirectas. Por outro lado, o apressado empirismo rooseveltiano, que, de começo, arrancara ao Poder Legislativo norte-americano plenos poderes para uma quebra voluntária do dólar susceptível de ir até 50 por cento, manifesta-se agora propenso para cristalizar por acôrdo internacional a situação relativa adquirida, de há tempos a esta parte, pelas moedas do seu país e da Grã-Bretanha. Não pede Roosevelt claramente que assim se faça, por isso que ao descomedido orgulho da grande nação de Além-Atlântico repugnam as solicitações, mas insinua o alvitre. Fala-se mesmo na baixa do dólar, por represália, até ao limite máximo autorizado pela lei, a não querer enveredar-se por tal caminho.

A tôdas estas aberturas de negociações opõe, porém, a Inglaterra a sua inalterável calma. Decretar o definitivo retôrno ao padrão-ouro, isso de forma nenhuma. Ela aprendeu à custa de dolorosa experiência própria que esta medida só poderia gerar novas desilusões e novas catástrofes se fôsse posta em vigor antes que o mundo houvesse reentrado em perdurável fase de equilíbrio económico. Quando muito, ela admitiria que se concertasse uma estabilização de facto, susceptível de revisão ou ao fim de curtos prazos, ou sempre que, verificadas certas circunstâncias, um dos interessados a reclamasse. A um acôrdo internacional dêsse tipo modesto ela prefere, porém, a sua preciosa liberdade de acção, consoante demonstra com a sua pouca pressa em recolher as sugestões dos meios internacionais responsáveis.

Tal é o estado actual do problema monetário. Que as nações enfermas não aspirem a curar separadamente os seus órgãos, visto que a cura ou há-de ser geral ou não será cura — eis a moralidade que parece desprender-se dos factos que apontámos e das considerações que sôbre êles entendemos por bem fazer.

16-9-935.



VIDA COLONIAL

Panorama Caboverdeano

Dos números 68, 81 e 30 do jornal caboverdeano «NOTÍCIAS DE CABO VERDE» transcrevemos, com a devida vénia, os três artigos que se seguem.

Julgamos assim prestar um serviço a essa nossa parcela colonial, divulgando, através desta Revista, alguns aspectos da crise que a atormenta.

Agricultura e pecuária

Parece não haver dúvida sôbre as actividades em que, de preferência, se devem aplicar, em Cabo Verde, os melhores esforços da população: — a agricultura e a pecuária. As demais, outrora importantes fontes de receita, o movimento marítimo no Pôrto Grande, os Cabos Submarinos e as cambiais dos emigrantes, estão grandemente desfalcadas, e com tendência para declínio ainda mais pronunciado.

Importa, pois, considerar êsses rendimentos como secundários, pelo menos, em período bem próximo, e ir preparando os mais recomendáveis elementos de vida e riqueza, para se fazer face, com vantagem, às surpresas desagradáveis e às realidades, palpavelmente crueis, de crises futuras.

A criação de gado, no Arquipélago, está claramente indicada para a sustentação e prosperidade de parte dos seus habitantes.

A despeito do rudimentaríssimo tratamento do gado, de qualquer espécie, em Cabo Verde, a-pesar-das repetidas estiagens que ocasionam grande mortandade, sobretudo do caprino e ovino, o número dos armentos insulares, segundo as estatísticas, regula por cêrca de 150.000 cabeças.

Esta quantidade corresponde à população do Arquipélago, o que equivale a uma unidade por habitante. Êste facto, não obstante os contratemplos apon-tados, não depõe muito desfavoravelmente contra o povo de Cabo Verde, em face do da Metrópole, em que a existência de gado iguala o número da população — 6.000.000 de habitantes.

As condições apropriadas das ilhas, em geral, para uma abundante criação

de gado, aconselham não só todo o interêsse dos particulares, como a solicitude dos Municípios e o auxílio do Estado, no desenvolvimento largo e próspero de tal ramo de actividade.

Evidentemente que, entre as medidas de protecção que se impõem sem demora, não deve o Governo esquecer a conveniência e a necessidade de contratar um veterinário para orientar, mais proveitosamente, a arte de criar animais. Por outro lado, poderá atenuar, com os seus conselhos e providências, os males que alcancem as reses, como o que está, há bastante tempo, affectando desgracadamente o gado caprino, ovino e bovino, na ilha da Boa Vista. Assim, pois, sem um técnico competente, não se poderá conseguir o melhor rendimento da pecuária caboverdeana.

A outra actividade que urge animar e impulsionar, com largueza e profundidade, é o ramo agrícola, em que a fecundidade do solo manifestamente se revela, com provas convincentes. Os nossos produtos são bem apreciados, tanto no Arquipélago como fora d'ele, aonde chegam em boas condições. Na Madeira, criou-se um adágio baseado no milho caboverdeano: «Tal cousa rende como o milho de Cabo Verde».

As nossas laranjas e bananas já têm apreciadores calorosos na Inglaterra. Pela sua superior qualidade impuseram-se logo à entrada, em confronto com as melhores frutas idênticas do mundo.

Carecemos, portanto, de alargar a cultura, melhorar o produto, assegurar o mercado.

Além da boa vontade e zêlo que convém enraizar e fazer crescer no espírito dos agricultores interessados, a par da instituição, com moldes criteriosos e eficientes, do crédito agrícola e de proveitosos sistemas de irrigação, repênsas e abertura de poços, não se deve adiar a presença de agrónomos nos grupos de Barlavento e Sotavento.

Com o seu ensinamento, os lavradores se instruirão nos mais convenientes processos de aproveitamento da terra.

Quando o govêrno italiano resolveu insuflar poderoso incremento à agricultura do país, enviou jovens agrónomos às suas diferentes regiões. Estes, recebidos com desconfiança e ironia pelos velhos agricultores, que não queriam acreditar, a princípio, que os novos técnicos soubessem mais da lavoura do que elles, encanecidos na faina agrária, demonstraram com o exemplo prático a superioridade do progresso sôbre a rotina. Assim, nos campos, a par das sementeiras realizadas segundo os antigos processos, os novos agrónomos operavam as culturas nos moldes modernos. O êxito d'este ensino foi magnífico: os rotineiros abandonaram os preconceitos e enveredaram pelo caminho de engrandecimento da agricultura italiana.

É certo que, em Cabo Verde, pululam, espantosamente, os *competentes*, em tôdas as iniciativas, podendo dizer-se que, em qualquer empreendimento, os técnicos abundam mais que os operários. Quási todos formulam sentenças, al-

vítam sistemas, estabelecem doutrinas, sôbre tudo o que vêem, ou lhes ocorre, mesmo que seja pela primeira vez. Esquecem-se, lamentavelmente, de que a modéstia, a observação e a experiência são as condições essenciais do verdadeiro mérito e utilidade.

Mas o Estado não se deve preocupar com tais sábios, que, quando muito são zero à esquerda de números inteiros. Não lhes alteram o valor...

Precisamos, de facto, de técnicos de outra natureza, daqueles que se preparam conveniente e aturadamente, para a obra de ressurgimento da pecuária e da agricultura em Cabo Verde.

As nossas mais sólidas esperanças baseiam-se na cultura dos campos e na criação de gados, asseguradas uma e outra, pelo financiamento e pelos trabalhos hidráulicos consentâneos com as condições do Arquipélago.

A agonia do carvão — A crise grave de São Vicente

Entre as causas em que se filia a grande crise de trabalho e comercial da ilha de São Vicente, sobressai, como a mais grave, a decadência do movimento marítimo e a consequente queda do fornecimento de carvão à navegação que demanda o Pôrto Grande.

Actualmente, o combustível preferido pelos modernos paquetes é o óleo. Assim se explica, em parte, a desolação dos depósitos das casas carvoeiras, em que já não existem avultadas quantidades do respectivo material. A depressão das actividades mundiais, contribuiu, também, para a presente situação aflitiva.

Em consequência, bastantes operários de carpintaria, de ferraria e da classe marítima foram despedidos. Pelo mesmo motivo, foram dispensados, em maior número, às centenas, os trabalhadores de carvão, que eram necessários às companhias, nos seus tempos prósperos.

Mais ou menos, tôdas as actividades da ilha dependiam do movimento marítimo do pôrto e da intensidade das transmissões telegráficas e de trânsito nesta cidade.

O comércio local, grande, médio e pequeno, reflecte, angustiosamente, êsse abatimento das companhias carvoeiras e do telégrafo. A vida mercantil, ao que nos informam, está reduzida, nas casas mais felizes, a menos de metade do que era em 1929 ou 1930; em outras, desceu a 30 por cento; há ainda outras cuja liquidação baixou a 25 e 20 por cento; não faltando quem, mais fortemente afectado, se lamente de ser insustentável a sua situação: tal a depressão progressiva em que se arrastam as actividades da ilha.

Mas cumpre ao Estado enfrentar tão angustiosas condições de uma população que vivia, principalmente, da intensa freqüência do pôrto, hoje quasi abandonado pelos vapores das carreiras entre a Europa e a América do Sul.

Até o presente, apenas se têm empregado paliativos, pequenos auxílios, que se explicam sômente como precursores de medidas rasgadas que orientem a

existência dos povos de Cabo Verde num sentido menos precário e mais útil, mais previdente e elevado.

Paralizando o comércio, definhando o povo, ansiando por labor os trabalhadores, há, na ilha, um reduzido número de operários colocados e, por 4 dias, durante a semana, somente, ao passo que existem muitos mais, algumas centenas, sem emprêgo, sem os indispensáveis meios de subsistência.

É realmente dolorosa a situação dêsses desgraçados; só quem ausculte o seu infeliz vegetar nos miseráveis casebres, miseráveis de pão, de agasalho e de esperança, poderá avaliar, suficientemente, a extensão do seu mal enorme. Mas tal amargura não deve continuar sem as providências adequadas à sua gravidade, porque já é tempo de se prover de remédio a crise geral, de efeitos mais nocivos nas classes sociais menos resistentes. E essa resistência, onde exista, vai declinando dia a dia, estende-se a meses e tende a alcançar anos. A elasticidade vital do meio está prestes a desaparecer. E não é sem razão. Duríssima, implacável, esmagadora tem sido a provação do flagelo, a crise de São Vicente. Em Dakar, dizem-nos, procura-se atenuar os efeitos da depressão marítima e comercial pela montagem de fábricas de refinação de óleos combustíveis. Que se pensa fazer em São Vicente, para se debelarem as conseqüências mais deprimentes e quasi trágicas, da agonia do carvão?

O problema, bem sabemos, é complexo e difícil; por isso mesmo, desejamos ver o princípio da sua resolução.

Não conhecemos terra portuguesa a que assista maior direito de ser amparada e protegida nas suas adversidades e tribulações, do que a ilha de S. Vicente. Durante dezenas de anos, a despeito da injustiça que se praticava, foi privada dos rendimentos do Cabo Submarino e, posteriormente, de parte dêles, pelo Govêrno Central. Há, pois, o dever nacional e a obrigação humana e social de acudir à cidade do Mindelo, nesta hora tormentosa. Na abundância, foi desfalcada nos seus haveres. Na miséria, deve ser atendida nas suas necessidades.

É urgente que a Metrópole proceda, com amplitude e profundidade, a-fim-de obviar, quanto possível, às privações inúmeras e às dificuldades contínuas que apertam, como fortíssimas tenazes, a energia do comércio, a vida dos modestos industriais e os esforços da classe operária.

Providências urgentes

As medidas que preconizamos não representam certamente a solução do problema que nos preocupa, mas constituem sem dúvida uma tentativa aconselhável e como que a preparação do ambiente propício à realização da profunda reforma de que tanto carece a economia caboverdeana.

No caso presente, pomos mesmo em dúvida a legitimidade do emprêgo da palavra solução. O problema, quanto a nós, é tão complexo desdobra-se e

multiplica-se de tal forma, que não há que falar-se em solução única, mas sim em soluções várias, como diversas são as questões que a análise serena e fria da situação nos apresenta e múltiplos os aspectos por que pode ser encarada a crise.

Aparece, em primeiro lugar, a diminuição das receitas da Colónia, diminuição fatal e volumosa, ameaçando romper o equilíbrio orçamental. Para isso, só há um remédio: a compressão das despesas. Não há, efectivamente, possibilidade de substituição das receitas que escasseiam. Nada há de que possamos, de momento, lançar mão, antes tudo indica que doutras receitas teremos também de prescindir em breve. Um único caminho está, pois, indicado: a redução das despesas, não pela diminuição dos vencimentos do funcionalismo, que, na generalidade, mal se poderá considerar bem pago, mas pela redução dos quadros. Estes apresentam, na realidade, uma exuberância de pessoal que se não compadece com a pobreza dos nossos recursos nem com a simplicidade dos nossos serviços. Há que reduzi-los, pois, às suas justas e naturais proporções. Nalguns serviços, como os aduaneiros, os fazendários e os telégrafo-postais, é possível, sem inconveniente algum, reduzir o respectivo pessoal. Porque não fazê-lo, portanto?

Por outro lado, no que respeita propriamente ao Porto Grande, há que iniciar, sem delongas, uma franca política de atracção. Se, como o ilustre Presidente da Direcção da Associação Comercial, entendemos que a Província possui outros recursos que é necessário explorar, não deixaremos, todavia, de considerar que não será de braços cruzados que veremos perder-se uma das nossas mais abundantes fontes de riqueza. Seria uma indignidade.

Ora, entre as medidas que poderiam contribuir para atrair a navegação, que é como quem diz para baratear o preço dos combustíveis, duas acodem naturalmente ao espírito: uma, seria o estabelecimento da concorrência, só eficiente quando feita pela intervenção directa do Estado; a outra, consistiria na diminuição dos direitos que actualmente oneram o carvão e o óleo. A primeira não nos parece muito viável, se bem que não fôsse nada extraordinário que o Estado, que fez importantes financiamentos à União Fabril, às Companhias de Navegação e a outras empresas particulares, emprestasse, para esse fim, à Colónia, algumas dezenas de milhar de contos. A segunda, porém, cremos que é inevitável, pena sendo que há mais tempo não tivesse sido adoptada, pois, quanto mais tardia fôr a sua aplicação, mais limitados serão os seus efeitos.

Supomos que à Província conviria transformar esses direitos num imposto regressivo, isto é, cuja taxa baixasse à medida que aumentasse a matéria colectável, ou, talvez, melhor ainda, deixar as taxas como estão e estabelecer, em beneficio das companhias de navegação, a devolução de uma parte dos direitos pagos, numa percentagem que aumentaria à medida que aumentasse a quantidade de combustível aqui tomado em cada ano pelos seus barcos.

De tôdas as medidas, nesse sentido decretadas, se faria a devida propaganda, por intermédio, sobretudo, dos nossos agentes consulares e das Casas de Portugal no estrangeiro, e, assim, talvez se conseguisse interessar as empresas em enviar aqui os seus barcos.

A par disso, e para nos irmos desde já libertando da dependência exclusiva do pôrto, impõe-se a immediata promulgação de medidas tendentes a favorecer o desenvolvimento da agricultura, especialmente na ilha de Santo Antão, tão rica e, desgraçadamente, tão abandonada. No número delas, indicaremos a abertura da estrada que percorresse tôda a Ribeira do Paúl e a conclusão da que ligará Carvoeiros à Ribeira Grande, a facilitação do crédito agrícola e ainda o estudo sério da cultura aperfeiçoada de determinados produtos, como a laranja e a banana, contratando-se mesmo, para instruirem os nossos lavradores, individuos especializados no tratamento dessas espécies.

De tais providências, algum proveito por certo viríamos a colher; mas, quando mesmo assim não fôsse, ninguém diria que havíamos recebido resignadamente e sem luta a morte inglória que as circunstâncias nos preparam.



**Êste número foi visado
pela Comissão de Censura**



VIDA LITERÁRIA E ARTÍSTICA

O SENHOR FIDALGO

(CONTO)

POR RUY SANT'ELMO

Do admirável livro de Ruy Sant'elmo, fina sensibilidade de artista e cultor aprimorado da língua mãe, transcrevemos o conto «O Senhor fidalgo».

Por êle avaliarão os leitores da extraordinária valia dessa magnífica obra literária.

O SENHOR FIDALGO

Há muito que não caía gota de água do céu.

Rios secos... Fontes emmudecidas...

Tudo mirrara à torreirinha dêsse inclemente sol de verão.

Os braços terminais das árvores lembravam braços nus, estortegando gestos blasfemos contra a olímpica indiferença dos céus!

E, eram, como mãos crispadas, as fôlhas ressequidas, que a morte surpreendesse nos paroxismos da sêde.

Sugaram, as raízes, a última gota de humidade ao sub-solo.

Não palpitava por êsses mei'dias de soalheira, o mais leve tatarar de àsa na viração.

A paisagem dormitava, na sonolência estival da calma...

Como nenhum outro, porém, fôra aquele dia de outono.

O sol despontara bravo, e mal rebentou à flor do monte, queimara num pronto a cambraia rala da rósea camisa do Alva, e fôra depois lambendo os farrapos, aqui e além dispersos, das névoas matinais, deixando o azul do céu como que uma vasta turquesa pulida.

Preparava-se um dêstes dias em que o ar é como que um hálito parado de incêndio.

Logo por essas nov'horas, o sol tinha ferroadas cáusticas de termo-

cautério, e de passo que ia subindo para o zenite, marcava na epiderme corada das leivas um vergão crestado de queimadura.

Ao meio dia, então, alagava totalmente o espaço, numa grande chapada de luz, zimbrada de alto, esmagando ta-ci-tur-na-mente a paisagem, comendo o contôrno às coisas, apagando o valor dos tons.

E tudo abafa... tudo sufoca!

Mas, fôra depois declinando o dia, e a tarde puzera-se de uma soturnidade febril, bochornal, atabafante.

Entravam de recolher a casa os trabalhadores do campo, por volta de Ave-Marias.

Enxadas ao ombro, cheios de pó, lassos de fadiga, ficavam por ali às portas, inda um pouco, a descansar da faina.

Uma àsa ligeira começava a voitar na brisa...

E, entretanto que uma salutar sensação de alívio começava de perceber-se, desafogando a respiração das coisas, súbito se deu, na aldeia, com um fumarêu ao longe, das bandas do norte, pairando acima das franjas do pinhal:

— Fogo?...

Tarde de outono, cálida e soturna.

Largas pinceladas tôscas, de uma tinta côr de carne viva, ensaquentada, rasgavam, sôbre a linha crenada do monte, sugestões arrepiantes de chagas ulceradas a ferro em brasa. E, laivos, amarelo-laranja, pintalgavam, aqui e além, a cenografia fantástica do Ocaso. Mas, desde que o sol entrou a descer, uma poalha ténue de topázios viera doirar a tarde, diluindo as cruas crepitações da luz, e tudo se unicromizara, como se fôra visto através duma rala névoa de oiro.

Iam pelos campos, a essa hora, rumores de faina atrafegada.

Cantares distantes, lá onde a ceifa dos trigos, passavam no êrmo da tarde, numa toada dolente, — ritmo violeta de saudade de exílio...

Aqui, o chiar dorido de carros de bois; além, o tintinábulo melancólico de rebanhos pascendo longe...

Na eira do fidalgo, já ao tempo, havia grão, limpo e sêco, a ensacar. Braços arremangados, chapeirões de palha na cabeça, os homens enchiam alqueires, locupletavam sacos, e as mulheres, seu lenços atremochados por môr dos ciscos, joeiravam os restos da limpa. Eram quási tôdas, as cirandeiras, mulheres já feitas, dali ao pé, vezadas às lides do campo.

Mas, dentre elas, uma rapariguita havia, nova ainda, dum quente moreno-bronze e uns olhos negros de azeitona madura. Vestida de chitas pobres e rendas usadas em vestidos de outrem, não a distinguiam entre tôdas os mais, como o faziam os olhos cobiçosos do fidalgo.

Espertinava-lhe a gula, o acre viçor daquela flor silvestre, — ao velho sátiro...

Mas, tinha a rapariga seu conversado. Era um mocetão do lugar, rijo como ferro, larga arca de peito, e fôrça como um toiro. Já há muito que êle andava desconfiado das predilecções do fidalgo, a têrmos que um dia chegou a dizer:

— Toma tento contigo! Parece-me que o fidalgo... Ando eu cá a modo desconfiado...

Mas tal dignidade a rapariga pôs na repulsa da suspeita, que êle teve por firme a sua lealdade.

O senhor fidalgo era, naquele remoto povo sertanejo, a sobrevivência tradicional de privilégios de antanho. Senhor de terras e rendas, nem êle sabia o que tinha de seu!

Mal um homem podia pôr o pé no chão, por muitas léguas em redondo, que por fôrça havia de tocar em domínios do fidalgo.

Senhor da fazenda, era dêle que dependia, por uma forma ou por outra, a manutenção daquela gente.

E era êste elo visível de sujeição, que mais fundo radicava ainda nos seus pobres bestuntos, a idea de poderes discricionários. Mito de um poder tirânico, o poder do fidalgo era uma sombra... Mas, com ser sombra, mais apavorava ainda aquela gente ingênua. Que alguém pensasse em desobedecer ao mando do fidalgo! Deixar sequer de lhe andar ao geito...

Daí, natural fruir o velho fidalgo, sôbre o povo ignaro daquele fojo serrano, o prestígio supersticioso das coisas incompreendidas. Azevieiro da raça, era o fêmeaço a única preocupação daquele fidalgo rústico.

Ponto era que lhe desse na gana pôr os olhos em alguma... Porque, já era sabido. Era um tributo, tão indiscutido, como o que dos seus domínios cobrava. Demais, o fidalgo era ainda uma boa estampa de homem. Sem embargo seus cinqüenta anos bem puxados, ainda corria, lépido como um gamo, à caça pelo monte a pé; e, se montava a cavalo, só despegava da sela o assento, quando muito bem o entendesse e quisesse. De letras gordas, tão bronco ou mais que seus abegões, qualquer coisa, porém, êle tinha, nos modos ou nas palavras, ritmos ancestrais de galanteria, que fazia adormecer aquela rôla amorosa, desejosa de carícias, que tem dentro de si, ainda a mais rude mulher.

Por forma que, razão tinha desta vez o rapaz em andar de sobreaviso, desconfiado com a rapariga.

— Livre-te Deus, Maria, ou o Diabo, que eu te veja dar atenção ao fidalgo.

Entrou o sol a descer, diluindo sob uma poalha morna de topázios as cruas crepitações daquela tarde de fogo, soturna, febril, atabafante.

Tocava a Ave-Marias.

Despegando do trabalho, desandaram, cirandeiras e malhadores, cada um a seu destino.

Mas, não sei o que lhe adivinhava o coração... Escondido numa dobra de sombra, o rapaz deixou-se ficar, junto da eira:

— Não andava ali por bom, o fidalgo, àquela hora da tarde...

E, na verdade, logo que a rapariga enfiou pela alameda, sob a copa fechada dos plátanos e acácias, o fidalgo seguiu-lhe no encaço.

Pé ante pé, deslocando-se como uma cobra, subreptícia, entre a relva, o rapaz seguiu-lhes na peugada.

A meio da alameda cortaram os dois em direcção ao pinhal.

E, desapareceram...

Já a luz da tarde entrava a desbotar para um tom pardaço.

Da terra baforava um hálito morno, como dum rescaldo de incêndio.

De rastos, o rapaz foi-se escoando entre as mēdas de trigo, altas como tórres, dispersas derredor a mata, à espera de vez para a malha na eira. E pôs-se de ouvido à escuta. Não se ouvia rumor suspeito... De vez em vez, a palha ressequida dos rolheiros: crac... crac... crac... crepitava em estalidos secos.

E, foi então avançando, mui de mansinho, para evitar o rangido das fôlhas mortas em que topava. Pé ante pé... pé ante pé... mui de mansinho. Mas, nisto, vozes aflantes... rosmalhar de folhagem...

Eram êles. Não se tinha enganado! Um ímpeto de fera ciosa lhe cresceu no peito. Mas, de súbito, a figura do fidalgo ergueu-se-lhe na imaginação, exagerada pelo pavor que dez gerações de servilismo acumulara, alta, dominadora, de olhar frio.

Crisparam-se-lhe as mãos em garra. Todos os músculos se retesaram a um tempo.

Alapardou-se no chão, junto à terra, resfolgando em haustos ruidosos, varrendo a poeira. Não havia ar que enchesse avonde a capacidade do peito.

Asfixiava... As faces requeimavam; e, suores de calafrios porejavam-lhe da frente em chama:

— Ah! Se fôra com outro!

E, a língua era uma esponja sêca. Sabia-lhe a bôca a sangue. Era sangue que êle via à sua volta, na congestão rúbida da pupila.

Algo lhe aperrava a gorja e as narinas, a mais não dilatadas, sorviam ar numa pieira. Cresceu-lhe ainda uma onda no peito... Mas, tôda aquela vesânia explodiu num urro estrangulado, cravando a dentuça na massa hercúlea dos músculos dum braço:

— C'um raio...

E desandou, através das mēdas, livido de rancor.

Vinha a desbotar a luz, num esvaescer lento, lento... lento...

Para além das mēdas, um golpe de ar fresco reacendeu-lhe energias prostradas.

Parou.

O crepúsculo derramava em redor uma sombra esverdeada, aliciante de crime.

Um pensamento indefinido começava surdamente a elaborar-se, numa gestação de vingança.

Estava em frente das mêdas, junto à eira, trémulo, as pernas vacilantes, o coração a rebentar-lhe do peito.

Apalpou-se na cinta de lã, enrodilhada ao torso. Tinha. Tinha lá o fuzil. Olhou em volta, com um olhar lúgubre, hipertrofiado, anguloso.

Não poderia articular uma palavra, de tal modo os dentes se cerravam uns contra os outros. Num pronto, petiscou, a golpes decisivos, a pederneira. E a isca pegou.

Depois chegou-a a um dos rolheiros do trigo. A palha ressequida, esbraseada daquele sol em fogo, todo o dia assestado sôbre ela, incendiou-se.

E foi a outro... outro... outro ainda.

Tarde de outono, cálida e soturna. Entravam de recolher a casa os trabalhadores do campo, por volta de Ave-Marias.

Enxadas ao ombro, cheios de pó, lassos de fadiga, ficavam por ali às portas, ainda um pouco, a descansar da faina.

E entretanto que uma salutar sensação de alívio começava de perceber-se, desafogando a respiração das coisas, súbito se deu na aldeia com um fumarêu ao longe, pairando acima das franjas do pinhal.

— Fogo...?

— ...ou queimada...

Fios de fumo lento, aqui um, outro além, subiam no ar, como agulhas góticas, tremulando. E entravam depois a engrossar, cada vez mais densos, cada vez mais densos...

Nisto, um laivo de fogo lampejou no seio da fumarada.

— Fogo! Além, nas terras do fidalgo! — rompeu num grito unísono, do peito de cada um.

E, foi, num abrir e fechar de olhos, enquanto tôda aquela gente se pôs em debandada. Homens, mulheres, moços e velhos. Por aqui, por ali, córrego acima, saltando barrancos, topetando nas pedras.

Desarvorados, sem ordem, num tropel, como numa fuga, como num assalto, doidos, alucinados:

— Fogo! Fogo! Fogo!

A onde e onde, nas silhuetas espessas da mata, chamarelas vivas pintalgavam furtivas rutilâncias de fornalha. E o fumo, em ondas revôltas, subia, laivado de tons candentes, ennovelando-se... desenovelando-se...

Era demasiado longe do povoado, o local do incêndio, na herdade, a meia encosta.

Mas, fôra num instante, enquanto tôda aquela gente, esbaforida, estropeada, ofegante, conseguiu trepar a colina:

Fogo! Fogo! Fogo!

Frente ao incêndio, a mesma emoção de heroísmo vibrava em unísono na alma de cada um.

— Acudam! Água! Água! Cêstos para terra! Enxadas! Cântaros para água!

Há uma confusão babélica. Gritos, berros, exortações!

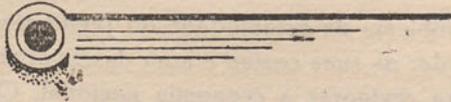
Mas, já não tiveram mão nele. Todos os rolheiros de palha ardiam numa fogueira única, violenta, colossal, como uma massa de fogo, apocalíptica!

Trás das sebes, imobilizado de pânico, num estupor cretino, êle lá estava ainda, petrificado, a mão garrando o fuzil incendiário, o beijo contraído num rictus felino.

— O fogo lavra! Não há mão nele! Arde tudo!

E tudo ardeu...

— Tôda a seara do ano.



VIDA INTERNACIONAL

Alguns aspectos do problema do Pacífico

POR VASCO DA GAMA FERNANDES

II

O crescimento célere do Japão era já um facto. A Europa e a Norte-América voltaram então as suas atenções para o Oriente. Em especial esta última acautelava-se, sobremaneira, vislumbrando nesse crescendo assustador da vitalidade nipónica, um perigo imperialista que a hora presente eloqüentemente confirma.

País insular, o problema da estabilidade do Japão resume-se numa defesa marítima para resguardar as suas costas e num desenvolvimento do seu comércio de exportação para revigorar a economia nacional. Quanto a esta última parte analisá-la-emos, mais demoradamente, noutro sítio dêste trabalho, ao referirmo-nos ao seu «dumping» que tantas apreensões está causando ao mundo.

Por isso é lógica a forma cautelosa como o Japão dotou a sua marinha de guerra, defrontando-a com a frota norte-americana, que, pelas circunstâncias, é aquela da parte da qual, provávelmente, mais perigos pode correr.

Há que atender ainda, neste aspecto da vida japonesa, à homogeneidade da tripulação dos seus barcos, homens em plena mocidade, conhecedores do seu «métier» como poucos e industriados na arte da guerra, ao contrário do pessoal americano, onde predomina uma heterogeneidade de raças, sem vibração patriótica e sem outra finalidade que não seja ganhar, sossegadamente, a vida, em rendosos cruzeiros pelo Pacífico.

Este instinto de defesa dos americanos em face dos nipónicos se não se justificasse pela necessidade de evitar qualquer surpresa desagradável no seu próprio território continental, aplaudia-se pela conveniência de evitar uma hegemonia no Pacífico que poderia proporcionar ao Japão — como infelizmente se vai verificando — a adopção irredutível dum novo monroísmo, mantido pelas armas, que aniquilasse, de vez, tôdas as perspectivas económicas no Extremo Oriente.

A mesma opinião perfilha o ilustre economista francês M. J. Parmentier, na «The Contemporary Review», transcrita na revista «Le Mois», do mês de Abril dêste ano.

Eis as suas palavras terrivelmente proféticas:

«La date de la crise future est déjà fixée; elle éclatera en 1935-36 après que le retrait du Japon, de la S. D. N. sera devenu effectif et lorsque les traités navales seront l'object d'un nouvel examen à Washington. Le Japon s'attend à rencontrer une résistance opiniâtre, et probablement inflexible, en ce qui concerne les mandats du Pacifique et les contingents navales considérés comme équitables. Ce n'est pas pour soutenir sa politique sur ces deux points, qu'il poursuit la construction de navires de guerre jusqu'à l'extrême limite permise par le traité de Londres. Ses armements donneront à ses diplomates ce qu'il considère comme une monnaie d'échange. Si ces derniers ne réussissent pas, le Japon sera prêt à toute éventualité. Tout le monde au Japon, discute ou prépare la crise de 1936...»

Admirável lição encerram estas palavras de Parmentier.

Quem diria que o país combalido da guerra de 95 estaria neste momento, preparando nos seus laboratórios imensos, a crise destruidora de tôda a orgânica contemporânea, cujo actual «dumping» em constante conquista é um arauto anunciador?

* * *

Já anteriormente à grande conflagração europeia o desenvolvimento económico do Japão se acentuára de maneira a suscitar nas tranqüilizadas assembleas internacionais algumas sérias apreensões.

Dum jactó, inesperadamente, aparecia no convívio mundial um país robusto pletórico duma estranha actividade, decidido a conquistar pelo seu valor intrínseco lugar de relêvo entre as mais categorizadas potências. Abriram-se-lhe os mercados do Oceano Pacífico, Sibéria Oriental e China, derrotando a concorrência europeia nessas paragens. Como consequência dêste facto, a frota mercantil japonesa começava a competir com as restantes do mundo. Só assim o Japão poderia dar saída aos 172 % de aumento registado pelo seu comércio durante a guerra.

Nada restava do país que em 1854 se curvara ante as ameaças da esquadra americana impondo-lhe a abertura dos seus portos ao comércio mundial.

Constituído por quatro ilhas, Yeso, Hondo, Shikoku e Kiu-Su, o seu poderio estende-se desde o extremo meridional de Kamtchatka até à grande ilha Formosa, compreendendo ainda a península da Coreia e a ilha de Sakalina.

Proprietário dum território propício a um cultivo intenso, o Japão conserva também no seu sub-solo apreciáveis reservas de minério que valorizam imenso a sua posição de potentado económico.

Vejamus alguma coisa a êsse respeito. E com os números que se seguem e com as razões que vão ser expostas deixo à inteligência dos ouvintes o tirar a conclusão da luta nipónica pela posse da China.

O ferro não abunda em terras japonesas, o mesmo sucedendo com o carvão. Considerou-se sempre isto como a causa principal — senão a única — da aparente quietação nipónica.

Quanto ao primeiro minério — cuja extracção não excedeu 227.000 toneladas em 1933 — tem o Japão o problema parcialmente resolvido com a posse de 46 % dos altos fornos chineses, hoje nas mãos do Mikado.

Aparte a necessidade de colocação do seu excedente populacional, as tentativas absorventes do Japão na China justificam-se com as suas deficiências interiores de ferro, deficiências que findariam com a ambicionada formação dum grande império que abrangesse a Coreia, a Mandchúria e a China.

Após a guerra ocupava o Japão o segundo lugar entre os países produtores de cobre. A sua indústria modernizada e manejada por uma plêiade de técnicos europeizados estende-se pelos distritos de Shikoku e Hondo. Mediante uma perfeita montagem dos seus serviços internos neste particular, o Japão pode fornecer periódicamente, cobre à China, Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e Índia Inglesa, exportação essa que diminuiu para atender às suas necessidades comerciais que requeriam o precioso metal para a confecção de muitos artigos. As últimas estatísticas fornecidas à Sociedade das Nações pelo «Bureau de Recherches Économiques Mitsubihc» atribuem ao Japão, em 1932, a produção de 71.900 toneladas de cobre e, em 1933, 69.300 toneladas.

A sêda artificial é a grande produção japonesa. Basta ver que o Japão sozinho produz 44.420 toneladas que exporta para a Europa e para a América.

As pescarias japonesas ocupam o primeiro lugar na produção mundial, seguidas pelas dos Estados Unidos.

A produção do chá ocupa o 4.º lugar a seguir à Índia Inglesa, Ceilão e ilhas neerlandezas.

A prosperidade japonesa alarma como dissemos os centros europeus. Já em 12 de Abril de 1919 o conservador «Times» protestava contra a concorrência, de tal forma que os industriais ingleses constituíram comissões de inquérito no oriente.

Razão tem Legendre quando assevera que «é preciso considerar o Japão como outra coisa que não seja o país dos «bibelots» minúsculos e os kimonos floridos».

* * *

4 — Vejamos agora a Mandchuria.

A sua população atinge 22 milhões de habitantes e 940.000 quilómetros quadrados de superfície. Tem como se verifica uma reduzida população.

É um país de clima duro, piorando para o interior. Possuidor de grandes bosques virgens é uma extensão de terra basilarmente vulcânica. A transformação dos últimos anos tem sido formidável. A sua situação especial chamava de há muito a atenção do Mikado. O golpe preparado com paciência, com desprezo sistemático pelo caricato relatório Lyton e pelos arrulhos da pomba genebrina, foi desferido e à superfície do panorama internacional aparecia êsse disforme Mandchukuo, complemento do imperialismo japonês, governado por imperador submisso que vai beber a Tóquio a inspiração para a sua limitada actuação governativa.

5 — Relegando para plano secundário a avalanche russa entremos na análise de outro elemento da questão — os Estados Unidos.

Quem nos diria a nós, alguns anos atrás, que os Estados Unidos constituiriam nos tempos de hoje, um motivo intelectual de paciente e aturado estudo?

A profunda revolução espiritual que abala neste momento o corpo fatigado do capitalismo *yankee*, consegue, pela complexidade de que se reveste, ocupar um lugar preferente nas nossas inquietações de estudioso, ávido por descortinar na barafunda mental contemporânea um caminho de seguro piso.

País novo, com as qualidades dinâmicas dos países que irrompem, bravamente, na senda do trabalho, procurando vencer pela robustez do organismo social e não pelas reflexões do seu espírito, os Estados Unidos, passadas as horas, sempre fugidias do predomínio material, querem entrar agora no campo agreste das meditações, concentrando o cérebro, pendendo, dolorosamente, a cabeça nos desalentados minutos que a especulação traz aos homens para depois os iluminar com a claridade animadora da Justiça.

Atingem neste momento, para nós, os Estados Unidos a sua completa e perfeita maturidade intelectual.

A paisagem percorrida há-de-lhe trazer recordações:

Potentes máquinas a funcionar ininterruptamente, num labor insano e frutífero — gigantesca orquestra que transmitisse ao mundo a brutalidade wagneriana do trabalho.

Centenas de homens percorrendo as oficinas, num vai-vem incansável, confundido o vozear infernal com o matraquear dos milhentos maquinismos. Barcos com pesada carga e transatlânticos sumptuosos acostando aos modernos mo-

lhes dos seus portos, apetrechados para os impulsos magníficos da concorrência que avassalaria o mercado internacional, fornecendo-o de matéria prima, arrancada da fértil gleba, ou da matéria manufacturada atirada, voluntariosamente, pelos portões das suas babilónicas organizações comerciais e industriais.

Os arranha-céus formavam no conjunto.

Seriam as sentinelas anunciadoras da prosperidade geral projectando-se, incompreensivelmente enormes, pela rede interminável das avenidas, peçadas de multidão de contundente heterogeneidade.

As gentes respiravam o ar alegre dos grandes triunfos. O Eldorado reflectia-se no olhar confiante do transeunte ginasticado.

Para a América! Para a América!

À inversa pareceria a fuga precipitada da gente de Moisés chicoteada pelo furor sanguinário dos faraós.

* * *

Como paisagem que é sempre o passado — montanhas e colinas que se não voltam a admirar — a história *yankee* é duma arrepiante antítese com o panorama actual da sua vida de nação independente segura do papel que lhe está guardado no quadro das pugnas para uma melhor sociedade universal.

Convenceram-se os Estados Unidos dessa verdade, curvados sob o pêso atormentador das tremendas dificuldades do post-guerra que na sua trágica invasão também atingiram as costas e o coração da Norte-América, obrigando a desfilar pelas avenidas, outrora iluminadas pela luz das fantasias, uma legião impaciente dos sem-trabalho.

O mundo apresentava à sêde devoradora das gentes que compartilhavam nesse magno problema, o aspecto macabro dum esqueleto, desarticulando-se, nervosamente, indeciso no seu caminhar.

Retalhara-se infamemente um corpo que, se não primava por vigorosa resistência, nada, no entanto, levava a crer que estivesse num triste e pesado ocaso.

Surgidos do confusão da hora, como formigas que, cautelosas, procurassem acolhedor abrigo à espera da bonança, apareciam, aqui e ali, braços exaustos que reclamavam vingança, cabeças em febre que exigiam fé e perseverança.

Na estrada larga e deserta das inquietações espirituais luziam já alguns ténues clarões, suaves madrugadas de bom senso que despertavam as multidões atordoadas pelo ribombar do canhão ou inutilizadas, com fatídicos esgares, pela sanha canibalesca dos gases asfixiantes.

Travava-se a sempiterna pugna entre os desvarios impensados da matéria e as reflexões ponderadas do espírito.

A Norte-América, neste particular, mostrou bem os seus firmes desejos

de prosseguir no mesmo desastrado trilho de trocar a inteligência pelos resultados práticos da sua privilegiada indústria...

Nunca a história nos apontou um só exemplo que seja do triunfo da matéria sobre o espírito. As seguintes palavras de Angel Ossorio, notabilíssima figura moral da Espanha, ausente, agora, da luta por imperativos nobres da sua profunda consciência jurídica, transcritas do seu trabalho «Cartas a una señora sobre temas de derecho político» definem, melhor do que eu, o que há de significativo nesse embate cruel entre as duas potentes forças:

«Terá um homem o direito de coibir outro homem, impondo-lhe o seu critério e escravizando a sua acção? De nenhum modo, porque então privá-lo-á de responsabilidade, contradizendo a obra do Criador.

«Não tema ninguém que este conceito da liberdade arraste à licença e à anarquia, transformando os homens em bandos de feras que disputam o triunfo do seu capricho ou da sua necessidade. Não. Na vida tudo é limitado: a força física, a capacidade mental, o tempo de que dispomos, o espaço em que nos movemos. A liberdade, como todos os direitos e poderes, é limitada também. As suas limitações são duas: uma de consciência e outra de conveniência. A de consciência tem um sentido religioso, porque não nos podemos revoltar contra aqueles postulados fundamentais que aceitamos. Quero dizer, que o homem que admite as verdades reveladas impõe a si próprio uma limitação à sua investigação e à sua crítica. Mas esta coacção e a vontade próprias (vem a ser uma valiosa manifestação da liberdade) nada têm que ver com as coisas privadas, isto é, com a liberdade política, que é o fim destas cartas.

«A limitação imposta pela conveniência é igualmente clara. Sendo o homem social por natureza, tem que coexistir com os restantes; e como os desejos de uns têm de estar em luta com os dos outros, ou resolvemos os conflitos a sôco, ou prestamo-nos todos a estabelecer uma norma limitativa dos nossos movimentos.

«Essa norma é a lei. A lei é, pois, o cume da nossa liberdade?

Aplicados estes princípios ao pequeno estudo a que nos abalçamos, verificamos que os Estados Unidos, longe de os seguirem após a guerra, negavam ao seu semelhante, neste caso representado pelos outros agregados nacionais, o legítimo direito de cooperação.

O seu grito inflamado — América para os americanos — produto excreável do seu destrambelhado monroísmo, é o reflexo, exuberante, do seu afastamento egoísta da luta comum.

A massa operária vivia na agonia alegre horas bem passadas.

Na sua consciência ainda não surgira a necessidade de se aglutinarem, formando frentes únicas do trabalho.

A mentalidade europeia não fizera sentir, com profundeza, a influência notável da sua nova e robusta formação intelectual, fazendo ver aos *Yankees* as vantagens duma forte união capaz de sustentar os violentos combates da época das vacas magras.

Os movimentos de massas só se organizavam para homenagens servis aos senhores do capitalismo ou, para no dizer pitoresco de Jaime Menendez, «receber o aviador que tinha cruzado o Atlântico, a nadadora que atravessara a Mancha ou o galã de cinema que dansava tangos admiravelmente e que fazia estremecer o coração de milhares de dactilógrafas sentimentais.»

Transviado do bom caminho, seduzido pelo prosseguimento duma existência uniforme, o trabalhador *yankee* ligava-se aos destinos da reaccionária «American Federation Labor», dirigida pelos fascistas Samuel Gompers, William Green, Mathew Woll, que, integrados na política capitalista que Davies, Coolidge e Hoover, consideravam de «sensatez e cordura», começar por exterminar as veleidades humanitárias da «Industrial Workers of the World», enriquecendo-se a si e aos seus apaniguados, num avolumar de fortunas colossais.

A inconsciência do reduzido grupo dos beneficiados não lobrigava o aspecto calamitoso em que mourejava a restante gente proletária, afastada dos grandes centros.

Vejamos êste exemplo: enquanto Rockefeller, Morgan e Mellon arrecadavam milhões de dólares, os magnates da Wall Street gastavam 100.000 dólares em disfarces para os seus bailes de máscaras e os sócios de certas emprêsas gastavam 50.000 dólares para presentear a filha dum amigo, parte da população obreira — os mineiros — trabalhavam três vezes por semana, ganhando 10 a 12 dólares semanais.

A contradição era tão flagrante que muito antes da actual situação psicológica dos Estados Unidos o insuspeito Frederick Townsend Martin definia o seu país nos seguintes termos, duma precisão que aterra:

«À classe que eu represento — os ricos ociosos como êle a apelidava — não interessa a política... Poucas vezes escuto entre as minhas gentes as conversações políticas. Quando falamos dos méritos dos candidatos políticos ou da importância relativa dos seus programas, a discussão converge invariavelmente para o ponto da sua utilidade no mundo dos negócios. Não nos importam nada os direitos da maioria, a propaganda a favor dos seguros sociais, a corrupção política, os direitos estatais, nem qualquer outra questão, a não ser que fortaleça ou ameace as condições dominantes. Mas se se referem à questão das tarifas, ou tocam, sobretudo, na mais vital de tôdas as questões, o problema da regulamentação federal das companhias industriais, as gentes entre as quais vivo convertem-se em fanáticos exaltados...

«Nada importa qual é o partido político no poder. Não somos políticos nem pensadores: somos os ricos.»

* * *

Era sôbre um país com esta estranha compleição que incidia a luz rehabilitadora da Razão.

A falange dos portadores dela era diminuta, mas o entusiasmo que os empolgava era demasiadamente forte para esmorecer na caminhada com vigor traçada. O estado actual da política *yankee* é um pouco a consagração da evolutiva marcha dêsses legionários da Verdade.

Entre êles ocupa um lugar preferente Upton Sinclair, grande escritor da vanguarda —, não confundir o termo?? — um homem moderno de sólida cultura, inteligência soberba, europeizada com os ensinamentos da mentalidade ocidental.

Fundador da antiga «Liga pela Democracia Industrial», agremiação de fins humanitários, Sinclair não parou com êsse cometimento o seu labor ordenado. A publicação contínua dos seus admiráveis romances significa que o seu espírito aberto e desempoeirado se não anquilosou com os fumos das primeiras e difíceis vitórias.

A situação rooseveltiana e a recente consagração do sufrágio à obra do Presidente é o fruto dessa mutação do panorama mental dos Estados Unidos — obra de Sinclair e dos seus amigos que nas longínquas paragens da Califórnia pensam na reforma integral do seu país, imprimindo uma nova estrutura à orgânica estadual, de geito a enveredá-la pelas correntes hodiernas da política e da economia.

O seu último trabalho publicado na importante revista «Le Mois», do mês de Novembro, é um repositório rico da nova doutrinação. Aqui deixamos alguns trechos para conhecimento dos interessados. Por êles se verifica o que há de moderno no pensamento de Sinclair:

«Aqui neste Estado, em ouro, nós dispomos da maior parte das fontes naturais da riqueza. Nós temos uma terra apta a produzir quâsi tudo o que os homens precisam. Nós temos os meios materiais de produção que são as maravilhosas criações do engenho humano. Nós temos minas, quintas, casas de habitação — tudo que faz a segurança e o confôrto do povo. Entretanto estranha paralisia feriu êste país. Os frutos apodrecem no chão, os vegetais são lançados ao mar porque se não vai vendê-los. Milhares de pessoas erram sem lar e há milhares de lares que não são ocupados por ninguém.

«Um milhão dos «sem trabalho» quiere trabalhar e não se lho permite».

«Nós devemos reconhecer e proclamar o direito de tôdas as criaturas humanas dêste Estado a possuir os meios de produção, a trabalhar, a produzir o que é necessário à sua vida e à daqueles que êles amam.»

Bastam êstes dois períodos para se adivinhar a mentalidade de Sinclair e dos intelectuais que o acompanham, todos caminhando, a par dos outros estadistas que pelo mundo fora perscrutam, com ansiedade, o coração débil desta pobre e resignada humanidade.

Penso — logo que as circunstâncias mo permitam — em publicar um livro ensaio em que focarei as personalidades de Sinclair, Cunha Leal, Marcelino Domingo e Herriot, para exactamente salientar na obra destas figuras re-

representativas do pensamento político contemporâneo, os seus pontos de semelhança doutrinária.

Ali me esforçarei por mostrar que na hora trágica que a civilização atravessa os homens de cultura mantêm uma identidade de vistas animadora.

A obra de hoje é mais do que nunca uma obra de cultura.

É através dela que os Estados Unidos, guiados pela cerebração de Sinclair e pelo pulso firme de Roosevelt continuarão na sua marcha ascensional para o Progresso, derrotando as iras canibalescas da Wall Street e erguendo, sobre os escombros do seu falido capitalismo, um novo tipo de vida social e política humanitária, e, portanto, intrinsecamente democrata.

* * *

6 — Entremos na análise da terceira parte deste trabalho.

Constatámos já as profundas diferenças entre a mentalidade imperialista dos japoneses e a alvorada espiritual da Nova América.

Não deixarei, já aqui, de elucidar os que não conhecem a questão, desta parte interessante do problema japonês contra o qual a Nor'e América se está preparando e que adjunta a razões de ordem militar, nas quais a Inglaterra intervém, guardando avaramente a passagem de Malaca, constitui neste momento o ponto vital do problema do Pacífico.

Refiro-me ao «dumping» japonês.

O que poderemos entender por «dumping»?

Roberto Michels define-o da seguinte forma; «saída para o mercado exterior a preço reduzido e a um custo inferior ao normal, do excesso da produção.»

Di Nola, economista italiano, citado por Michels, contraria, um pouco, a definição, argumentando que o «dumping» pode muitas vezes resultar não dum excesso de produção nacional, mas sim do desejo dos industriais de conquistar com manifesto prejuízo das necessidades nacionais, os vários mercados estrangeiros, resultando daí uma inquietação progressiva nos meios compradores das localidades que passam a ver no «dumping» um elemento de ruína e desbarato.

Carlos Gide enfileira ao lado dos apologistas sérios do «dumping», como se pode ver dum seu trabalho publicado na «Revue d'Économie Politique de 1917» combatendo aqueles que vêem no «dumping» um elemento encarecedor dos preços de venda no interior, na proporção da subida dos mesmos preços de venda nos mercados exteriores.

Para atenuar os contras do «dumping» têm os economistas alvitado a adopção da chamada protecção da qualidade (Qualitätsschutz) em virtude da qual os países exportarão as qualidades mais finas, deixando para os gastos

internos as qualidades inferiores. Tal política foi posta em prática na Suíça e no Japão respectivamente com os queijos e a sêda.

Em que condições se estará operando o «dumping» japonês?

Quais os motivos do seu desenvolvimento?

Poucos países estariam nas condições do Japão para levar a efeito semelhante operação.

Pelos números atrás deixados é fácil de avaliar o índice da produção japonesa. As necessidades interiores não exigem cuidado de maior aos economistas.

O conformismo do proletariado japonês facilita a tarefa. Homens e mulheres trabalhando mais de dez horas por dia, auferem de salário menos de um yen. Com esta diária já se podem considerar felizes. Outros há que, dormindo sôbre imundas esteiras e trabalhando as mesmas horas diárias, não conseguem mais do que cinco ou seis yens mensais. A alimentação é duma simplicidade aterradora: um pouco de arroz e peixe sêco...

Mais de dezoito mil famílias vivem em Tóquio nestas condições.

O trabalho doméstico, ainda pior remunerado, fornece um contingente enorme para a exportação, explorado por grandes emprêsas que com êle abastecem o mercado estrangeiro de trabalhos de bambú, objectos de relojoaria, sombrinhas, sapatos para «tennis», etc., etc.

As lutas de classes, a formação duma consciência proletária, são coisas desconhecidas pelos orientais.

A reacção, portanto, constituiria para êles uma ofensiva contra as determinações da divindade que os faz sofrer para maior glória do Japão, que os mata aqui para renascer acolá, sempre para maior vitória do Dai-Nipon...

Kataru-nochene (o silêncio é precioso) — eis o lema do trabalhador japonês.

Nestas condições com um excesso de produção, uma inexistência de necessidades interiores e uma ausência completa de consciência proletária — o «dumping» justifica-se plenamente.

Não haverá, como quer Di Nola, um perigo manifesto na economia nacional.

Os resultados práticos do «dumping» estão-se fazendo sentir.

Todo o mundo começa a levantar barreiras aduaneiras ao monstro que progride.

Mesmo assim, não evita que na própria Inglaterra o whisky e a cerveja japonesa batam os mesmos produtos nacionais e que um gramofone fabricado em Tóquio custe setenta francos.

Já não falando na sêda artificial a um franco cada metro, bicicletas para crianças a 70 escudos, aparelhos radiofónicos com quatro lâmpadas a 200 escudos, câmaras de ar para bicicletas a 70 centavos cada uma, peúgas de algodão a 14 escudos a dúzia e relógios a 64 escudos o quilo.

Concluindo: poderão rarear os elementos de informação para bem ajuizar

da verdadeira situação interior do Japão e relacionar com esta o «dumping» que este país mantém e faz progredir, o que está pelo menos à vista é isto: um grande país que, impellido pela audácia e pelo trabalho dos seus filhos, é hoje a mais perturbadora incógnita do mundo económico e político.

* * *

7 — Esboçando a traços largos o panorama geral da questão do Pacífico, torna-se fácil adivinhar os intentos dos personagens deste magno problema internacional.

Ao Japão, ensoberbecido pelo seu imperialismo despótico — embora Hirota continuamente queira desmenti-lo — convém a hegemonia do Pacífico para mais facilmente dominar a região oriental, levantando um forte dique ao avanço da concorrência europeia e americana.

Para isso convir-lhe-á a submissão da China mártir — veja-se a nova ofensiva no Norte — e quem sabe se a posse das suas regiões circunvizinhas e de semelhanças psicológicas e económicas para a formação do forte bloco militar de 800 milhões de almas — Japão, China, Indo-China, Pérsia e Anatólia.

Aos Estados Unidos, prejudicados, pelo abandono da sua super-produção nos mercados orientais e tementes do avanço naval nipónico, convém, também a supremacia no Oriente.

E senão vejamos resumidamente alguns antecedentes para depois concluirmos este já longo trabalho.

O Oceano Pacífico, durante a guerra, assumiu grande importância como via comercial.

Londres em especial regorgitava de produtos orientais.

Os produtos já seguiam directamente para Nova York sem necessidade de aproveitar a clássica via do Mar Vermelho e do Mediterrâneo. Não se deve nos mercados orientais e tementes do avanço naval nipónico, convém, também à modificação da estrutura comercial yankee. Além disso os Estados Unidos não tendo no seu sub-solo todas as matérias primas necessárias, viravam-se, ansiosamente para o Oriente.

Esta deslocação para o Pacífico transformou os portos do Oriente em verdadeiros centros comerciais.

Os portos do Mediterrâneo, do Atlântico Oriental, Mancha e Mar do Norte descaíam de importância em benefício do Oriente.

Descobertas e pesquisadas as minas de carvão na China, este precioso mineral vendia-se mais barato do que na Europa. O petróleo de Bornéu e de Sumatra competia com o europeu. Era uma autêntica luta entre continentes. Nestas condições a questão do Pacífico está exuberantemente justificada.

8 — Haverá uma guerra no Extremo-Oriente? Sairá dessas distantes para-

gens o furacão que os Eolos do Capitalismo querem soltar para sôbre as ruínas do presente erguerem os alicerces carcomidos do seu futuro edifício dominador?

Não nos preocupa demasiadamente saber donde partirá a nova onda dos Átilas, tal é a convicção que possuímos que a não haver uma rajada de bom senso o mundo será, de novo, teatro lúgubre da maior tragédia de todos os tempos.

Mas ao mesmo tempo uma onda de optimismo faz sossobrar, por momentos, a angústia dessa certeza trágica.



CONSIDERAÇÕES SÔBRE A GUERRA

POR NUNO RODRIGUES DOS SANTOS

O FENÓMENO GUERREIRO

Por Guerra deve entender-se, num sentido amplo — qualquer conflito armado entre grupos humanos.

Realmente o que há de característico nesse fenómeno é o carácter colectivo das entidades em conflito e ainda a relativa organização militar destas últimas. Os grupos bélicos formam-se normalmente sôbre determinados instrumentos de coesão social — como sejam credos religiosos, sentimentos pátrios, ideas políticas, interêsses económicos, etc. Obtida, dentro de cada grupo a coesão necessária dos seus elementos individuais e estabelecido o antagonismo ideológico, o contraste sentimental ou a concorrência de interêsses — logo acode aos espíritos (com tanto maior intensidade quanto menor fôr a sua experiência e cultura) o propósito guerreiro, imposto por hábitos adquiridos e influências ancestrais, e logo se notam dois fenómenos paralelos precursores da queda na luta: uma exaltação dos motivos que a determinam e uma certa actividade destinada a fornecer ao grupo a preparação e organização militares que lhe são necessárias.

Onde se não verificarem estes sintomas precisos (claro que ligeiramente alterados pelas circunstâncias de cada momento histórico) não há que diagnosticar a Guerra — nem mesmo em qualquer das suas modalidades inferiores como a «Revolução», a «Greve»-Revolucionária» ou certas desordens frequentes, de maior ou menor importância e de maior ou menor duração.

Mas o fenómeno guerreiro — pela multiplicidade de aspectos de que se reveste, pela complexa e irregular evolução que tem sofrido e pela estreita dependência em que se acha de factores de ordem psicológica — não pode caber facilmente dentro dum sistema rígido de explicações concretas. Pode-se atribuir-lhe umas certas fronteiras — desde que prudentemente se lhe garanta um mínimo de mobilidade e flutuação. Portanto, é indispensável reconhecer

que, para além das características fundamentais apontadas — tudo o mais é secundário e acessório. Assim, as posições geográficas das facções beligerantes, os seus processos de combate, o maior ou menor grau de disciplina imposta aos respectivos componentes, etc. — são elementos incontestavelmente atendíveis mas de importância muito relativa.

A Guerra, porém, pode considerar-se — dentro dum critério mais restricto e até de maior actualidade — como um *conflito armado entre Estados*.

Na verdade, hoje, a Guerra, tende a conservar-se, apenas, no campo internacional. E compreende-se que assim seja. Uma vez atribuída à entidade nacional (facto recente — como se sabe) a organização politica que conforma o Estado — deu-se uma subordinação geral dos interesses particulares ao interesse mais alto da colectividade. Os indivíduos e os grupos nacionais (familias, cidades, províncias, classes, etc.) cõscios do seu voluntário enquadramento numa sociedade politica, põem as suas faculdades guerreiras, no suposto interesse da Nação, ao serviço dos órgãos do Estado. E que entidade pode estar actualmente em condições de fazer ou sustentar uma Guerra? Só o Estado no uso da sua Soberania — que, impondo-se aos cidadãos, os mantém dentro da Ordem Interna legalmente estabelecida e os organiza e prepara militarmente para combaterem os estrangeiros.

Mas quando é que nos podemos considerar ante uma Guerra — entendida neste conceito mais restricto? Sempre que, evidentemente, dois ou mais Estados, ponham em contacto bélico os seus respectivos exércitos ou pratiquem os actos — segundo o costume ou o Direito Internacional vigente — considerados como de Guerra.

As Guerras podem, portanto, ser *internacionais* ou *civis* — conforme se travam entre Nações (Estados) ou entre grupos duma mesma Nação. Como já dissemos, porém, as últimas têm deminuído tanto quanto têm aumentado as primeiras. E daí o ter-se generalizado a convicção de que a Guerra é sempre um conflito entre Estados — qualquer que seja a natureza dêsse conflito. Para exemplo vejamos a expressão «Guerra-Económica», aplicada ao facto de um Estado, em conflito económico com outros, fechar à exportação dêstes, por meio das suas pautas alfandegárias, o seu mercado importador (1). Em nosso entender isto constitui uma evidente *fôrça de expressão*. A Guerra envolve sempre a idea de conflito armado, de recurso ao poder da fôrça, de choque violento e material entre grupos incompatibilizados. Como diz Pillet em «Le Droit de La Guerre», pags, 389, — «A Guerra é o recurso à fôrça e consiste em fazer ao inimigo o mal necessário para destruir a sua resistência...»

(1) Deve ter contribuído para isso, também, a circunstância de na «Grande Guerra», o triunfo dos Aliados ter resultado mais directamente da pressão económica exercida sobre os Impérios Centrais do que propriamente da acção dos exércitos beligerantes.

Para que se dê o fenómeno é indispensável que massas humanas se choquem violentamente na sôfrega disputa do predominio fisico e material.

Mas desde quando se verifica este fenomeno?

ORIGEM DO FENÓMENO

É impossivel determinar, com rigorosa exactidão, a origem histórica da Guerra. As investigações perdem-se confusamente nas trevas da pre-história e só ganham relativo alento quando transportadas para os campos mais vastos da Biologia, da Sociologia e da Antropologia.

O fenomeno terrível — que o espirito jurídico, há alguns séculos pretende moderar em seus nefastos efeitos ou mesmo extinguir completamente — pertence ao número dos males sociais que têm acompanhado o Homem desde sempre e que parecem constituir emanações fatais da sua própria natureza. Na realidade, o aparecimento da Guerra — conflito armado entre grupos humanos — coincide com a formação histórica dos primeiros agregados sociais. Como diz Oliveira Martins a pág. 110 dos seus «Elementos de Antropologia» — «O próprio facto da organização da primeira familia, bando, tribo de homens caçadores, deu de si as primeiras Guerras». Desde o momento remoto em que o boçal primitivo ganha, timidamente ainda, a consciência da sua existência num complexo jôgo social — logo se tende a notar, no quadro das suas relações naturais, um corpo de factores congregantes, exercendo simultaneamente uma pressão intensamente dissociativa. Por outras palavras: a condição social, mais do que sociável do Homem fê-lo romper os liames zoológicos, integrado em grupos de origem longínqua e de tendência dilatadora: é a Familia que o acompanha na penosa evolução; é o grupo familiar, animal ainda, com uma base feita só de instintos e de hábitos seculares, que o envolve e marcha com êle. Mas a profunda indissolubilidade destes primeiros agregados — alicerça-se, sobretudo, no sangue e em necessidades biológicas prementes. E à forte homogeneidade de cada grupo — contrapõe-se a hostilidade latente entre os grupos diversos. (Porque, como veremos mais adiante, a coesão e unidade de cada aglomerado é, em parte, função da sistemática incompatibilidade entre os aglomerados semelhantes. E daí o fenomeno estranho das sucessivas aproximações entremeadas por fases estacionárias fortemente propicias à Guerra).

Estamos no período inicial e transitório das guerras familiares. Depois começa a marcha, lenta mas segura, da progressiva socialização humana. Ante inimigos comuns, recrutados entre espécies inferiores, melhor dotadas fisicamente para a luta — as familias rompem o seu perigoso isolamento e timidamente ensaiam aproximações que constituem embrionárias alianças para logo constituirem novos agrupamentos mais vastos. Surge o Clan — menos hermeticamente fechado do que a Familia — mas, como esta, autónomo e hostil aos aglomerados congêneres. Prossegue a evolução e sempre se verifica com ligei-



ríssimas diferenças o mesmo duplo fenómeno já apontado: o alargamento de cada grupo (Familia, Clan, Tribu, Cidade, Estado) e a incompatibilidade essencial (por causas que vão variando) entre os grupos sucessivamente formados.

A Guerra surge, assim, paralelamente com o Duelo. Chocam-se os grupos como se embatem os individuos. E tão cêdo se ergueu o primeiro punho como se organizou a primeira hoste.

Que concluir? Que a guerra nasceu com a primeira agrupação humana e que é, por isso, coeva do Homem.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

— DA —

“VIDA CONTEMPORÂNEA”

3 meses!	15\$00
6 meses	30\$00
1 ano	60\$00

SOCIEDADE ASTÓRIA L I M I T A D A

REGUEIRÃO DOS ANJOS, 68

L I S B O A

TELEFONE P. B. X. 43258

OFICINAS GRÁFICAS
MONTADAS COM TODOS
OS REQUISITOS MODERNOS

COMPOSIÇÃO MECANICA
EM MÁQUINAS «INTERTYPE»
DE LIVROS, REVISTAS, JORNAIS

COMPOSIÇÃO
IMPRESSÃO
PAUTAÇÃO
ENCADERNAÇÃO

RIBEIRO & LOPES, L.^{DA}

C A M B I S T A S

Telefone: 2 3818

Telegramas: APINO

Moedas e Notas Estrangeiras—Papéis de Crédito
—Coupons Nacionais e Estrangeiros—

103, Rua Áurea, 105—LISBOA

COMPANHIA DE SEGUROS

“TAGUS”

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSA-
— BILIDADE LIMITADA —

Fundada em 1877

CAPITAL SOCIAL ESC. . . . 1:200.000\$

CAPITAL EMITIDO E PAGO 500.000\$

FUNDOS DE RESERVA. . . . 4:000.000\$

SEDE NO SEU PRÉDIO
48-R. do Comércio, 56-LISBOA

Telefone 2.2183

End. Tel. SEGUTAGUS — LISBOA

EFFECTUA :

SEGUROS TERRESTRES, MARÍTIMOS,
AGRÍCOLAS, VIDA (em diversas modali-
dades, POSTAIS, GREVES E TUMULTOS,
ETC.

AOS MELHORES PRÉMIOS

Seguros em libras esterlinas
e noutras moedas

Agentes e correspondentes nas
principais terras do Continente,
Madeira, Açores e Ultramar

SAPATARIA CONTENTE, L.^{DA}

Calçado de grande luxo

Calçado de praia

Calçado de sport

Rua do Carmo, 73 — Telefone: 2 4871

Avenida da Liberdade, 120 - Tel. 2 4872

Emprêsa de Fiação e Tecidos de Benfica

S. A. R. L.

Fábricas de fiação — Tecidos de malhas e algodão

Av. Barjona de Freitas — LISBOA

TELEFONE { Benfica, 320
P. B. X. 321

José António Cabral & Filhos

Fábrica de Conservas

Importação

Exportação

MATOZINHOS

Preparação esmerada de:

A TUM
ZEITE
A ZEITONAS

SARDINHA EM CONSERV
ARDINHA PRENSAD
AARDINHA EM SALMOUR

Companhia de Moçambique

Território de Manica e Sofala

(AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA)

Capital — BEIRA

Extensão. — 13:482.200 hectares

Região extremamente fértil, sob o ponto de vista agrícola, principalmente para a cultura do açúcar, do milho e do algodão

O pôrto da Beira é servido por magnificas linhas férreas, que o ligam com a Rodésia e com a Niassalândia

PARA INFORMAÇÕES

EM LISBOA

10, Largo da Biblioteca Pública, 10
(Séde da Companhia)

NA BEIRA

Secretaria Geral do Governo
do Território

CONSERVAS

CASEBRE & C.^A L.^{DA}

MATOSINHOS - PORTUGAL

FÁBRICA DE CONSERVAS «A INDEPENDÊNCIA»

Fundada em 1920

MARCAS:

«CASEBRE»
«INDEPENDÊNCIA»
«VENCEDOR»
"SARDINHAS"
«SAFRA»
«VENI VICI»



MARCA REGISTRADA

São estas
as marcas
por nós
fabricadas

Adriano António Crispiano da Fonseca

ADVOGADO

Rua do Crucifixo, 50-1.º

Telefone: 2 4104

LISBOA

E. E. de Souza & Silva, L.^{da}

Casa fundada em 1819

Gravura em todos os géneros, carimbos de metal e de borracha; chapas esmaltadas em tôdas as côres; chapas de metal; selos em branco; etiquetas; alicates para selar a chumbo; carimbos para marcar roupa; anéis em aço e ouro, com monograma; brasões; datadores; numeradores; caixas, tipo de borracha; emblemas para sport e muitos artigos de novidade.

Exposição permanente de lindos bordados da Madeira



Variado sortimento de louças artísticas da fábrica do Outeiro
A G U E D A

Trabalho esmerado, garantido e preços sem competência

A mais antiga casa de Portugal no género
R U A D O O U R O , 1 5 7

A' venda em todas as livrarias:

Ditadura, Democracia ≡ ou Comunismo ? ≡

por CUNHA LEAL

Depositários:

Livraria Bertrand

73 R U A G A R R E T T 75

FIBRO CIMENTO NACIONAL

“LUSALITE”

TUBOS de 50 a 400^{mm} de diâmetro anterior
resistência até 25 quilos por cm²

CHAPAS ONDULADAS para telhados

CHAPAS LISAS para divisórias, tectos, etc.

Agentes gerais

Corporação Mercantil Portuguesa, Limitada

— RUA DO ALECRIM, 10 — TELEF. 23948 e 28941 —

L I S B O A

A. D'ANDRADE & C.^A

— EXPORTAÇÃO — IMPORTAÇÃO —

Metais novos, minérios, sucatas de ferro forjado,
fundido e metais. Placas d'acumuladores. Terras
e resíduos metálicos.

Estamos sempre interessados na compra de oficinas
completas, máquinas, ferramentas, automóveis, camions,
e navios para demolir. No próprio interesse de com-
pradores ou vendedores dos artigos da nossa espec-
alidade, agradecemos que consultem a nossa Casa antes
de fazerem qualquer transacção. Compra de sucatas
de metais provenientes de Africa,

Rampa dos Marinheiros (Em frente da estação de Alcântara-Mar)

L I S B O A

Dirigir toda a correspondência ao Telef. 2 2497 — Apartado 168

BARROS & SANTOS, L.^{DA}

RUA DO CARMO, 70

Liquidação
forçada para
pagamento
aos crêdores

End. Telegr: CONDESTÁVEL

Telefone: 277-M

Fábrica de Conservas "Nun'Alvares"

LAGE, FERREIRA & C.^A, L.^{DA}

Rua Guerra Junqueiro, 308

Matozinhos-Portugal

FILIAL EM SETÚBAL

Silvestre Brito

da Luz & C.^A



CORTIÇAS



CHANÇA

LUSTROFIX

O domador
dos cabelos
rebeldes!



Conserva o penteado irrepreensível.
Dá um lindo brilho aos cabelos,
defende-os de todo o desalinho e
resiste à acção do vento

Perfume distinto

másculo e discreto

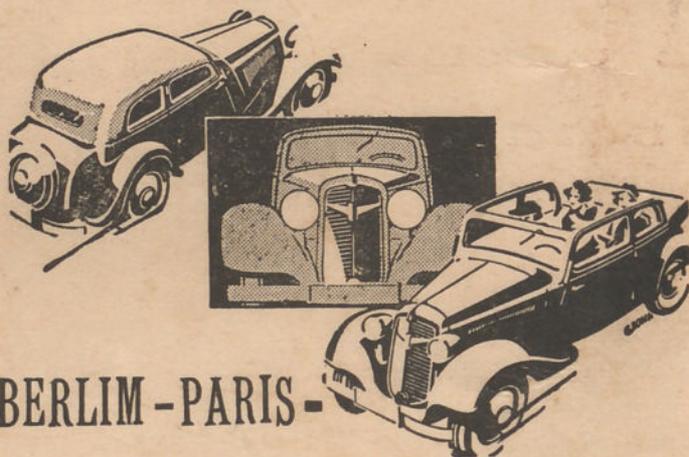
Preço : 7\$00

Frasco económico 20\$00

Um produto da Fábrica **NALLY**

PREFIRA

ÊSTE CARRO...



BERLIM - PARIS -

1095 km. em 17 horas e 5 minutos

Conseguiram esta extraordinária proeza o sr. GUILHERME e a sr.^a LOTTA BAHR num Adler Trumf Júnior cujo preço é de Esc. 25.950\$00

ADLER **TRUMPF JUNIOR** Em exposição

50, AVENIDA DA LIBERDADE, 52

Representantes dos Automóveis **ADLER**

Divisão
Adler